



PAPERS DO NAEA

ISSN 15169111

PAPERS DO NAEA Nº 167

**FLORESTA NACIONAL DO AMAPÁ: BREVE HISTÓRICO,
POLÍTICAS PÚBLICAS E (IN)SUSTENTABILIDADE**

**Ligia T. L. Simonian
José Bittencourt da Silva
Rosemary F. de Andrade
Ana Cristina P. C. de Almeida**

Belém, Julho de 2003

O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) é uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará, Brasil, o NAEA tem como objetivos fundamentais o ensino em nível de pós-graduação, visando em particular a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos; a pesquisa em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região; a intervenção na realidade amazônica, por meio de programas e projetos de extensão universitária; e a difusão de informação, por meio da elaboração, do processamento e da divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região. O NAEA desenvolve trabalhos priorizando a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Com uma proposta interdisciplinar, o NAEA realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional na Amazônia.

A proposta da interdisciplinaridade também permite que os pesquisadores prestem consultorias a órgãos do Estado e a entidades da sociedade civil, sobre temas de maior complexidade, mas que são amplamente discutidos no âmbito da academia.

Papers do NAEA - Papers do NAEA - Com o objetivo de divulgar de forma mais rápida o produto das pesquisas realizadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também os estudos oriundos de parcerias institucionais nacionais e internacionais, os Papers do NAEA publicam textos de professores, alunos, pesquisadores associados ao Núcleo e convidados para submetê-los a uma discussão ampliada e que possibilite aos autores um contato maior com a comunidade acadêmica.



Universidade Federal do Pará

Reitor

Alex Bolonha Fiúza de Mello

Vice-reitor

Marlene Rodrigues Freitas

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Diretor

Luis Eduardo Aragon Vaca

Diretor Adjunto

Marília Emmi

Conselho editorial do NAEA

Armin Mathis

Francisco de Assis Costa

Indio Campos

Maurilio Monteiro

Luis Aragon

Marília Emmi

Setor de Editoração

E-mail: editora_nea@ufpa.br

Papers do NAEA: Papers_nea@ufpa.br

Telefone: (91) 3201-8521

Paper 167

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

FLORESTA NACIONAL DO AMAPÁ: BREVE HISTÓRICO, POLÍTICAS PÚBLICAS E (IN)SUSTENTABILIDADE¹

*Ligia T. Lopes Simonian
José Bittencourt da Silva
Rosemary Ferreira de Andrade
Ana Cristina P. C. de Almeida²*

Resumo:

As áreas de florestas tropicais transformaram-se, na década de 1970, em *loci* especiais para a constituição de Unidades de Conservação-UCs, tanto pela magnitude da biodiversidade, como pelos direitos territoriais dos indígenas e extrativistas, e mesmo pela importância de sua biomassa no contexto ambiental mais geral. Prance (1973), Haffer (1974), Brown (1979) e Pandolfo (1978, apud Nome, s. d., p. 1) foram alguns dos que abriram essa discussão, sendo que este último autor, inclusive, indicara a área que viria a constituir a Floresta Nacional – FLONA – do Amapá (Brasil. Decreto-Lei, 1989). A proposta de criação dessa FLONA não obteve unanimidade, principalmente no estado do Amapá, onde anos antes fora anunciado que a mesma poderia trazer “trágicas conseqüências” quanto aos interesses indígenas (Barroncas, 1978, p. 9). Mas se não as trouxe, a existência legal dessa UC – cuja placa de identificação se vê na Figura 1 –, não implicaria em realização efetiva, situação que se mantém até o presente.

Palavras-chave: Floresta nacional. Histórico. Políticas públicas. Insustentabilidade.

¹ Os autores agradecem a todos/as que de um modo ou de outro contribuíram para a realização desse paper, em especial ao Técnico Agrícola e Chefe da FLONA do Amapá, José Luis Barreto de Souza, pelo apoio incondicional em todos os contatos feitos por telefone e em Macapá, mas em especial quando da estada da equipe em campo, em outubro de 2001. Este agradecimento é extensivo aos demais trabalhadores que operavam na sede dessa UC, à época. Registrem-se ainda sinceros agradecimentos ao PDTU-NAEA e ao Projeto NAEA/Fundação Ford, pelo aporte financeiro para a viagem ao Amapá.

² Simonian é Ph.D. em Antropologia, professora e pesquisadora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA, da Universidade Federal do Pará - UFPA; Silva é M. Sc. em Desenvolvimento Regional - PLADES/NAEA - UFPA e professor da Universidade do Estado do Pará - UEPA; Andrade e Almeida são doutorandas do Programa de Doutorado em Trópicos Úmidos - PDTU/NAEA - UFPA e professoras, respectivamente, da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP e da UFPA-Campus de Castanhal.

1. Introdução

As áreas de florestas tropicais transformaram-se, na década de 1970, em *loci* especiais para a constituição de Unidades de Conservação-UCs, tanto pela magnitude da biodiversidade, como pelos direitos territoriais dos indígenas e extrativistas, e mesmo pela importância de sua biomassa no contexto ambiental mais geral. Prance (1973), Haffer (1974), Brown (1979) e Pandolfo (1978, apud Nome, s. d., p. 1) foram alguns dos que abriram essa discussão, sendo que este último autor, inclusive, indicara a área que viria a constituir a Floresta Nacional – FLONA – do Amapá (Brasil. Decreto-Lei, 1989). A proposta de criação dessa FLONA não obteve unanimidade, principalmente no estado do Amapá, onde anos antes fora anunciado que a mesma poderia trazer “trágicas conseqüências” quanto aos interesses indígenas (Barroncas, 1978, p. 9). Mas se não as trouxe, a existência legal dessa UC – cuja placa de identificação se vê na Figura 1 –, não implicaria em realização efetiva, situação que se mantém até o presente.

De fato, a ampliação das áreas transformadas em UCs tem passado por amplos debates desde essa época. Dentre outros documentos propositivos, tornou-se influente o Relatório Bruntland (Our, 1987), principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável. Esse também tem sido um tempo em que o conservacionismo *strictu senso* começou a ceder terreno para as UCs do Grupo de Uso Sustentável, conforme pode ser depreendido dos diversos trabalhos apresentados no decorrer do Congresso Mundial sobre Parques Nacionais, realizado em Bali – Indonésia em 1982 (McNeely, Miller (org.), 1984). Mas, como tem sido amplamente documentado (Dourojeanni, 1997; Simonian, 2000), as políticas públicas e as questões da sustentabilidade e dos recursos naturais em áreas de reserva têm deixado a desejar. Em que pese o marketing e os investimentos, principalmente externos, ainda há muito a ser feito na maioria das UCs para a implementação deste novo paradigma de desenvolvimento, em seus mais diversos vieses.



FIGURA 1: PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DA FLONA DO AMAPÁ, LOCALIZADA NA CONFLUÊNCIA DOS RIOS ARAGUARI E FALSINO
FONTE: L. T. L. SIMONIAN, 2001.

Entretanto, com a recente revisão do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC (Brasil. Sistema, 2000), o Estado brasileiro voltou a ressaltar a importância das FLONAs, principalmente no que diz respeito à ampliação da área total e a implementação de seus objetivos

básicos. Nesse sentido, Veríssimo, Souza e Salomão (2000) apontam a existência de 1,15 milhões de km² de florestas que poderiam ser destinados para a criação dessas UCs na região Amazônica. Desse total, no entendimento dos autores, 38% deveriam ser resguardados para UC de uso indireto, em face de seu alto potencial em termos de biodiversidade. Por sua vez, Schneider *et al.* (2000) revelam ser um dos objetivos do governo brasileiro a destinação de 500.000 km² de área para a constituição de novas FLONAs. Essa nova estratégia será utilizada para que se atinja os 10% do território da Amazônia a serem destinados à proteção e uso sustentável. Mas, até que ponto tais propostas e metas serão efetivadas/desenvolvidas conforme parâmetros definidos para UCs, ou seja, os da sustentabilidade, da proteção à biodiversidade e dos direitos das populações tradicionais?

Em que pese as resistências, a FLONA do Amapá surge no contexto das políticas públicas voltadas para a criação de UCs de fins da década de 1980, a partir do Decreto-Lei 97.630 (Brasil. Decreto-Lei, 1989)³. A mesma faz parte do grupo de Unidades de Uso Sustentável-UUS, conforme definido pelo SNUC (Brasil. Sistema, 2000)⁴. A sua localização é no rio Araguari, que faz os limites sul e oeste desta FLONA e tem no seu afluente – o rio Falsino – o limite leste, conforme se vê nas Figuras 2⁵ e 3, a seguir. Na parte norte, definiu-se uma linha seca, de latitude Norte 1° 51' 42", mas não foi até o momento demarcada (J. L. Barreto de Souza, 2001, informação verbal), e a oeste está limitada pelo rio Mutum. Essa FLONA situa-se nos municípios de Amapá e Serra do Navio (Floresta, s. d., p. 1), abrangendo uma área de 412.000 ha., em sua maior parte cobertos por floresta tropical ombrófila, cujo acesso é rodo-fluvial, em que 114 km são rodoviários e 47 km são fluviais, a partir do município de Porto Grande.

Na parte sul dessa UC, encontra-se uma ocupação humana para além das instalações e da presença de funcionários e trabalhadores ligados ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA do estado do Amapá. De acordo com informações repassadas pelo chefe da FLONA, o que foi em campo verificado, há sete famílias nesta UC: cinco delas vivendo na margem esquerda no rio Araguari e duas na margem direita do rio Falsino. Subsistem da agricultura insipiente, de quintais com pomares, da coleta, caça e da pesca,⁶ além de outras atividades, como o garimpo. Pelo que se pode levantar a partir do *survey* realizado, consta que a mesma está bastante conservada. No entorno – na margem esquerda do rio Araguari –, também existem alguns moradores.

³ Num total de 56 FLONAs existentes no Brasil, a do Amapá foi a 25ª criada (Brasil. IBAMA, s. d., p. 1).

⁴ Precisamente, esse Sistema foi regularizado pela Lei nº 9.985, em 18/07/2000 (Brasil. Sistema, 2000).

⁵ Essa FLONA ainda está para ser geo-referenciada (Brasil. IBAMA, 2001b).

⁶ Entrevista realizada em 08.11.2001 com Sr. José Luís Barreto de Souza, técnico agropecuário do IBAMA e chefe da FLONA do Amapá desde 1993.

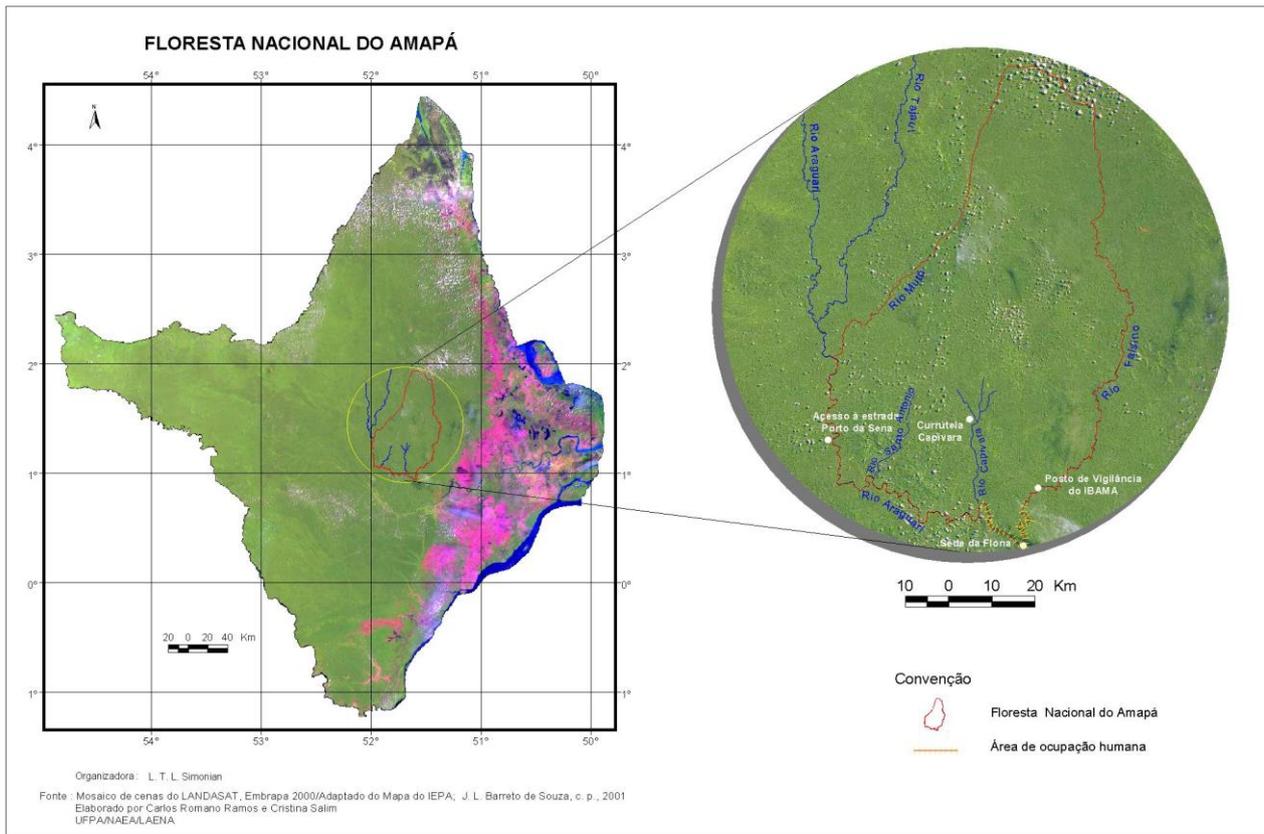


FIGURA 2: ÁREA E LOCALIZAÇÃO DA FLONA DO AMAPÁ.



FIGURA 3: CONFLUÊNCIA DOS RIOS ARAGUARI E FALSINO;
 FONTE: L. T. L. SIMONIAN, 2001.

Do ponto de vista metodológico, para este *paper*, realizou-se pesquisa documental, trabalho de campo e entrevistas abertas. Quanto à questão conceitual, dentre outros foram trabalhados os conceitos de sustentabilidade, políticas públicas e movimentos sociais (Ascher, 1994; Simonian, 2000; Trainer, 1996). O trabalho de campo foi visto sob a ótica epistemológica de Cardoso (1996), Cardoso (1986) e Malinowski (1967). Nesta direção, foram feitas várias entrevistas não diretivas, conversas informais

com moradores e com o próprio corpo técnico-administrativo da FLONA do Amapá. À essas entrevistas foram associadas observações *in locus*, enfocando o cotidiano das famílias, em especial o trabalho na produção para auto-subsistência nesta UC. A orientação de Edwards (1997) e de Simonian (2003a/no prelo) foram importantes para a pesquisa e registros fotográficos, envolvendo os recursos naturais das áreas que se conheceu e das ocupações humanas. Vale ressaltar que as análises do material produzido junto a esta FLONA, serão relacionadas à investigações já realizadas em outras UCs, especialmente as do sul do Amapá.

O que segue é uma abordagem teórica envolvendo a conceituação legal para a definição das FLONAs enquanto UCs, e em especial quanto à incorporação de populações humanas em seus espaços territoriais. Logo, são produzidas caracterizações dos recursos naturais locais, da história e cultura da área da FLONA do Amapá e das populações que a vêm habitando desde tempos imemoriais. As problemáticas da organização sócio-econômica e política são também trabalhadas a partir dos dados produzidos pela pesquisa, o que inclui a família, as atividades produtivas, as condições de saúde, habitação e as ações públicas ou a sua ausência, neste contexto. Na discussão e conclusões, evidencia-se a morosidade dos processos políticos vinculados às políticas públicas, o desrespeito às leis ambientais que exigem um planejamento voltado para a sustentabilidade dos recursos nessas UCs. Todavia há ainda de ressaltar-se que o Estado e a sociedade são responsáveis pela falta de um Plano de Manejo-PM para a área em questão.

2. Perspectivas Legais: FLONAS como unidades de conservação de uso direto

As Florestas Nacionais, mais conhecidas como FLONAs, compõem a categoria de UC de Uso Sustentável. De acordo com o Decreto nº 1.298 de 27 de Outubro de 1994 (Brasil. Decreto, 1994), essas florestas compreendem áreas de domínio público, providas de cobertura vegetal nativa ou plantada. As mesmas surgiram nos anos de 1940, período em que eram conhecidas como Parques Florestais e estavam sob a responsabilidade do extinto Instituto Nacional do Pinho-INP. Como posto por Rabello, Fonseca e Rivero (2001), somente em 1965, com o Código Florestal (Brasil. Código, 1965), passa-se a denominar Florestas Públicas as áreas florestadas de domínio federal, estadual e municipal. Neste sentido, o SNUC (Brasil. Sistema, 2000) estabelece que as florestas nacionais, estaduais e municipais, reservas extrativistas e reservas de desenvolvimento sustentável, integram a categoria de UC de Uso Sustentável, em que se compatibiliza o uso racional dos recursos naturais com a conservação da natureza, como também, se promove o uso múltiplo das florestas e a pesquisa científica.

A vinculação dessas UCs ao desenvolvimento sustentável (Our, 1987; Simonian, 2000; Trainer, 1996) visa propiciar, simultaneamente, a reprodução social de populações tradicionais por ventura existentes no local ou em seu entorno. Conforme o Decreto 1.298 (Brasil. Decreto, 1994), os objetivos das FLONAs são: “promover o manejo dos recursos naturais, com ênfase na produção madeireira e outros produtos vegetais; garantir a proteção dos recursos hídricos, das belezas cênicas, e

dos sítios históricos e arqueológicos; fomentar o desenvolvimento da pesquisa científica básica e aplicada, da educação ambiental e das atividades de recreação, lazer e turismo”. Assim, a administração dessas UCs – estabelece o decreto –, deverá propiciar o uso múltiplo e sustentável dos recursos florestais, recuperar áreas degradadas, combater a erosão dos solos, bem como preservar os recursos genéticos, sua biodiversidade e assegurar o controle ambiental nas áreas do entorno.

Ainda segundo o Decreto 1.298/1994, a criação das FLONAs será de responsabilidade do IBAMA, através de estudos e levantamentos realizados pelo mesmo, sendo sua preservação, uso racional e sustentável, acordados em Plano de Manejo (Brasil. Decreto, 1994; Brasil. Sistema, 2000). Este Plano deverá apresentar programas de ação e Zoneamento Ecológico Econômico-ZEE, diretrizes e metas para um período mínimo de cinco anos, passíveis de revisão a cada dois anos. Desta forma, toda e qualquer atividade a ser desenvolvida nas dependências das FLONAs, necessitará de autorização prévia do IBAMA ou de licença ambiental, previstos no artigo 16 e 17 da Lei nº 7.805 de 18 de Julho de 1989 (Brasil. Lei, 1989). Ficará também a cargo do IBAMA, a aprovação do regimento interno das FLONAs, através do Plano de Manejo, no qual deverá constar a infra-estrutura a ser implantada, observando um mínimo de impacto sobre a paisagem e os ecossistemas. Nesse regimento, deverá constar a forma de armazenamento do lixo, detritos ou outros materiais que possam causar danos ao ambiente no âmbito dessas florestas. Sobre as populações tradicionais que já habitavam estas UCs antes de sua criação, cabe ao Ministério do Meio Ambiente-MMA autorizar a permanência dentro de seu limite.

É expressivo o número de FLONAs existentes no Brasil. Atualmente, existe um total de 58, o que cobre uma superfície de 165 mil km². Deste total, 99% das FLONAs do território nacional encontram-se na Amazônia (IMAZON, 2000; Rabello, Fonseca, Rivero, 2001). De acordo com o Plano Nacional de Florestas-PNF (Brasil. Plano, 2000), esta área seria suficiente para abastecer através do manejo, apenas 11% do consumo de madeira em tora na Amazônia. Atualmente, essa região fornece mais de 30 milhões de m³ de madeira em tora, correspondendo aproximadamente a 8,5 % da produção anual de madeira de floresta nativa. O setor madeireiro, responsável pelo processamento mecânico da madeira, contribui com 15% para a formação do Produto Interno Bruto-PIB local e emprega 5% da população economicamente ativa. Nesta direção, algumas questões emergem, como bem lembra Simonian (2001, informação verbal; ver tb. 1998), precisamente, a não participação das “comunidades” nos lucros desse setor, a destruição que se segue à exploração e outras práticas ilegais como o furto e/ou roubo de madeiras de Terras Indígenas-TIs e mesmos de outras UCs, a sonegação de impostos, violência contra a pessoa, etc.

De acordo com dados da Associação das Indústrias Exportadoras de Madeiras do estado do Pará-AIMEX, recentemente, houve um pequeno, porém significativo aumento na exportação de madeiras pelo Amapá (Simonian, 2003c/prelo). Mas de toda a área florestada, apenas 1,6% do território nacional são destinados atualmente as FLONAs, o que há de ser considerado um percentual baixo. Outros países que não possuem um território tão extenso e com uma biodiversidade como a do Brasil, reservam áreas maiores para a criação dessas florestas. Segundo Veríssimo, Souza Jr. e Amaral (2000), a Indonésia, possui 27% de seu território destinado a essas UCs, enquanto os Estados Unidos

da América possuem 8% e a Malásia 14%, totais que distam muito do que se tem no Brasil, o que apesar das diferenças de tamanhos, não invalida a observação comparativa.

Esses mesmos autores observam que, para a criação de novas FLONAs, antes de se considerar as características locais é necessário estar atento às áreas já protegidas na Amazônia Legal (Veríssimo, Souza Jr., Amaral, 2000). De acordo com o Código Florestal e o SNUC (Brasil. Código, 1965; Brasil. Sistema, 2000), a exploração madeireira é proibida nas TIs e Unidades de Proteção Integral-UIs, área esta que corresponde a 23,9% das terras da Amazônia. Essa exploração é ainda restrita nas UUs, num total de 3,2% destas terras, restando então um percentual de 72,6% de áreas não protegidas, que possuem potencial para criação de FLONAs.

Para possibilitar uma estimativa de áreas apropriadas para criação dessas UCs, Veríssimo, Souza Jr. e Amaral (2000, p. 21-26) apresentam um estudo em que destacam cinco análises, com o intuito de caracterizar espaços na Amazônia Legal, que possuam potencial para a criação de FLONAs. Como resultado das cinco análises desse estudo, seus autores concluem que:

- As FLONAs podem ser estabelecidas nas áreas não protegidas (Análise 1);
- Com cobertura vegetal (Análise 2);
- Sem expressivos indícios de ocupação antrópica (Análise 3);
- Com potencial madeireiro (Análise 4);
- E economicamente acessível (Análise 5).

As áreas não protegidas dessa região totalizam um percentual de 72,6%, e observando as análises acima, conclui o estudo que apenas 23% de toda a Amazônia são identificados com potencial para criação de FLONAs e estão localizadas nos estados do Amazonas, oeste do Pará, Acre, Roraima e Amapá (Veríssimo, Souza Jr., Amaral, 2000, p. 42). E, a considerar-se que essas florestas necessitam de cobertura vegetal e que uma de suas finalidades são os produtos madeireiros, os mesmos autores também identificaram espaços com potencial para criá-las em áreas ricas em florestas de madeira. Diante disto, um suprimento sustentável de madeira dependerá de políticas que estimulem o manejo nos locais privados restantes.

O PNF (Brasil. Plano, 2000) tem como meta ampliar em 50 milhões de hectares as FLONAs, as florestas estaduais e municipais na Amazônia Legal. Para orientar esta política, o MMA e Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação-FAO, solicitou uma consulta aos diversos atores envolvidos, tais como, empresários madeireiros, ambientalistas, líderes locais, profissionais liberais e pesquisadores, para obter informações relativas às preocupações e sugestões dos envolvidos. Dentre os entrevistados, 83% mostrou-se favorável ou muito favorável; 15% pouco favoráveis e 2% contra exploração de FLONAs. Pelo que evidenciam Barreto e Arima (2002, p. 24) quanto ao papel do governo, 41% são favoráveis ao sistema de concessão, enquanto 56% preferem que a iniciativa privada seja responsável pelo manejo. Note-se que esse trabalho tomou por base a outro, realizado pelo Instituto Homem e Meio Ambiente da Amazônia-IMAIZON (Veríssimo, Smeraldi,

1999), que ouviu madeireiros responsáveis por 95% da produção madeireira nos estados do Pará, Acre, Mato Grosso, Roraima e Amazonas.

Esse trabalho, feito com o intuito de deter o desmatamento e a exploração predatória, apresentou um resultado aprovando esta iniciativa, em que 80% dos empresários madeireiros mostraram-se dispostos a estabelecerem-se próximos a uma FLONA; 41% deles acreditam que a elaboração e condução do PM devem ser de responsabilidade da empresa, enquanto 56% demonstraram interesse em adquirir a madeira explorada, cabendo ao governo a responsabilidade do manejo e exploração (Barreto, Arima, 2002, p. 23). Dentre as vantagens da concessão de FLONAs para a iniciativa privada, encontra-se a despreocupação do proprietário de empresa madeireira com a aquisição da terra e a segurança de aquisição de um produto legalizado, bem como a garantia de estoques de matéria-prima no mercado, o que colabora no sentido de inibir a exploração e a oferta ilegal de madeira por madeireiras.

De acordo com o SNUC (Brasil. Sistema, 2000), são os seguintes os objetivos definidos para a criação de FLONAs:

- Promover o uso múltiplo dos recursos naturais renováveis;
- Manter a diversidade ecológica;
- Proteger áreas contra erosão e sedimentação;
- Recuperar áreas degradadas;
- Oportunizar o desenvolvimento da educação florestal e ambiental;
- Manter amostras de ecossistemas em estados naturais;
- Apoiar o desenvolvimento florestal e dos demais recursos naturais renováveis das áreas limítrofes a FLONA;
- Proteger áreas de rara beleza cênica;
- Proporcionar a integração das comunidades locais ao uso sustentado dos recursos naturais.

Por certo, essa é uma perspectiva que se coaduna com as abordagens conservacionista e do desenvolvimento sustentável. Portanto, é nessa orientação conceitual que, do ponto de vista teórico e legal, se situa a FLONA do Amapá.

Entretanto, há de se ter cautela em relação à possibilidade de exploração madeireira nas FLONAs, porque do que se depreende de Simonian (2000), os crimes ambientais vêm sendo banalizados em UCs. E, particularmente na Amazônia, a exploração madeireira ilegal em TIs e em UCs diversas, fazem parte da rotina de madeireiros, de peões, de fiscais, funcionários de instituições especializadas e mesmo do sistema judiciário⁷. Nessa mesma perspectiva, as populações locais

⁷ Só para citar o jornal O Liberal, veja alguns exemplos de manchetes acerca dessas problemáticas, todas de 2002: “Pesquisadores concluem que 17% da floresta amazônica já foi desmatada” (Pesquisadores, 2002); “Carbono: desmatamento é vilão no Brasil” (Carbono, 2002); “Fraudes e omissão oficial estimulam derrubada de árvores” (Mendes, 2002b); “Bacia do Xingu é a nova rota da devastação” (Mendes, 2002a); “Procurador acusa madeireira de Portel de grilagem e falsificação” (Procurador, 2002); “Roubo de mogno dá multa de R\$ 7 milhões” (Roubo, 2002), etc.

(indígenas, caboclas, colonas) têm sido excluídas de processos de licitação, como vem ocorrendo na FLONA Tapajós, Pará,⁸ aonde, inclusive, tentativas de grilagem de terra está a ocorrer (Sojeiros, 2003). As conseqüências negativas dessas tendências, por certo têm implicações para as UCs e, em especial, para essas florestas. E, conforme pesquisa em andamento (Simonian, 2003-2001, n. c.), tais impasses incluem certificações de natureza duvidosa, como as encontradas em UCs do México.

3. - Recursos naturais da FLONA do Amapá

A existência de uma ampla área florestal preservada entre os rios Araguari e Falsino foi fator determinante para a criação da FLONA do Amapá. Precisamente, a justificativa de sua criação, conforme o Decreto 97.630 (Brasil. Decreto, 1989), refere-se ao elevado potencial madeireiro da região, à baixa fertilidade do solo, à fragilidade dos ecossistemas e pelo fato do local, servir de refúgio aos animais silvestres. Note-se que, apesar de bem conservada quanto aos recursos naturais – a floresta, a fauna, os recursos hídricos, pesqueiros e os minérios – essa não é uma área intacta, pois de algum modo vem sendo ocupada desde os tempos paleo-indígenas.

De fato, em tempos recentes, alguma exploração dos recursos naturais envolvendo manejo negativo (Simonian, 2003c) vem sendo feita nessa UC. Especificamente, os habitantes que vivem no interior da FLONA do Amapá e os moradores do entorno, especialmente para os lados do município de Serra do Navio,⁹ e mesmo das proximidades do rio Falsino e acima do Posto de Fiscalização ali existente, e que se vê na Figura 4, vêm explorando minérios, pescado, caça, madeira e cipós no seu interior. Em alguma medida, áreas florestadas são também abatidas para o cultivo de roças, principalmente de mandioca (*Manihot utilissima* Pohl.). Mas, do ponto de vista das políticas públicas e da gestão sócio-ambiental, essa UC raramente é fiscalizada, o que deixa muito a desejar a pensar-se nos objetivos de sua criação.



FIGURA 4: POSTO DE VIGILÂNCIA;

⁸ Particularmente em relação a essa UC, em entrevista a Simonian (2002, n. c.), concedida em 2002, seu chefe afirmou ter conhecimento de furtos de madeira, tanto feitos por empresários, por colonos vizinhos e mesmo por moradores, mas que não tinha como prevenir e/ou coibir tais crimes.

⁹ Por exemplo, nas proximidades do Porto da Serra, junto ao rio Araguari e em terras de Serra do Navio.

FONTE: VÍDEO FLONA DO AMAPÁ, 1997.

Por sua vez, os recursos hídricos dessa FLONA são também abundantes. Os rios Araguari e Falsino e seus muitos igarapés tributários, que fazem parte dos limites dessa UC, são marcados pelas estações de enchentes e de vazante, e por pedras e lajes, que formam a base para as corredeiras, como pode ser visto na Figura 5, a seguir. O Araguari é bastante acidentado devido à presença de corredeiras abundantes e pedras, o que dificulta a navegação no período da vazante e da seca, como pode ser visto na Figura 6, abaixo. Por exemplo, um de seus afluentes da margem esquerda, o rio Capivara, onde presentemente se encontram os garimpos ativos, fica seco na sua parte alta, nessa época do ano (J. L. Barreto de Souza, 2001, informação verbal); a sua foz aparece na Figura 7. O Falsino, que faz o limite leste da FLONA, é também acidentado, o que dificulta o acesso à sua parte alta e cabeceiras.

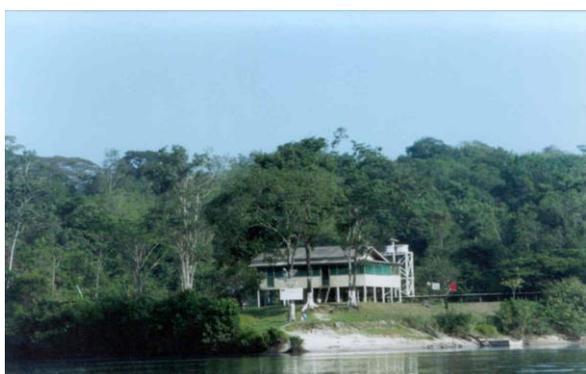


FIGURA 5: SEDE DA FLONA EM ÉPOCA DE ESTIAGEM, COM PRAIA APARECENDO NA BASE DO BARRANCO;
FONTE: L. T. L. SIMONIAN, 2001.

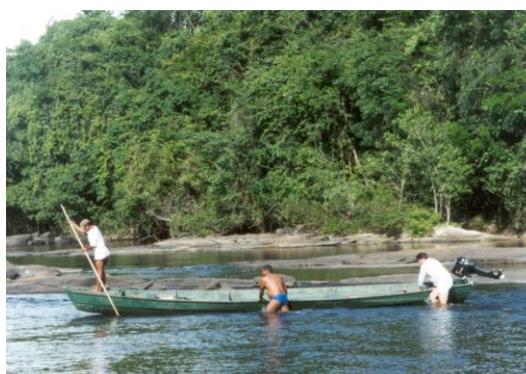


FIGURA 6: CORREDEIRA DO SARAMPO NO RIO FALSINO; PASSAGEM DE BARCO;¹⁰
FONTE: L. T. L. SIMONIAN, 2001.



FIGURA 7: VISTA DA FOZ DO IGARAPÉ CORRUTELA;
FONTE: L. T. L. SIMONIAN, 2001.

O clima é marcado pelas precipitações altas que caracterizam a zona climática AMW (Köppen, 1936), o que compensa as secas, viabilizando assim a manutenção da floresta de tipo equatorial (Nome, s. d., p. 2). Assim, as estações do ano na área da FLONA do Amapá são reguladas pelas

¹⁰ O Sr. Abraão, Barreto, o Chefe da FLONA, e o co-autor deste trabalho, José Bittencourt da Silva, na tentativa de avançar na subida do rio Falsino.

chuvas e pelas secas. Precisamente, nessa região central do estado, a estação chuvosa ocorre entre os meses de março a agosto, com enchentes esporádicas. Já a estação seca dá-se entre os meses de setembro a fevereiro. Mas como as grandes enchentes são raras, as secas anuais são as que mais causam transtornos à população que vive no interior da FLONA e nas proximidades.

A floresta ombrófila densa ou floresta equatorial subperenifolia cobre a maior parte da FLONA do Amapá, especialmente os maciços e as colinas de diversos latossolos (Nome, s. d., p. 2), e pode ser subdividida em: Terra Firme, Mata de Várzea ou floresta equatorial perenifolia de várzea ou, ainda, floresta de igapó, e porções de Campo de Cerrado. Dentre tantas outras, as espécies vegetais que dominam localmente são as que aparecem no Quadro 1, abaixo:

Quadro 1: Espécies vegetais da mata de terra firme da FLONA do Amapá.

Nome popular	Nome científico	Nome popular	Nome científico
Abiorana	<i>Pouteria sp.</i>	Faveira	<i>Vataireopsis speciosa</i>
Acapu	<i>Vouacapoua americana</i>	Ingá	<i>Inga sp.</i>
Acariquara	<i>Minguartia sp.</i>	Jarana	<i>Halopyxidium jarana</i>
Amapá-doce	<i>Brosimum ongispulatum</i>	Jutai	<i>Hymenaea intermédia</i>
Anani	<i>Synphonia globulifera</i>	Louro	<i>Ocotea sp.</i>
Andiroba	<i>Carapa guianensis</i>	Maçaranduba	<i>Manilkara huberi</i>
Angelim rajado	<i>Pithecolobium racemosum</i>	Mandioqueira	<i>Qualea sp.</i>
Breu	<i>Protium sp.</i>	Morototo	<i>Didymopanax morototoni</i>
Capoteiro	<i>Sterculia pruriens</i>	Mata-matá	<i>Eschweilera sp.</i>
Carapanauba	<i>Aspidosperma oblongum</i>	Piquiá	<i>Caryocar villosum</i>
Cinzeiro	<i>Terminalia tanibouca</i>	Piquiarana	<i>Caryocar glabrum</i>
Cumaru	<i>Dipteryx odorata</i>	Quaruba	<i>Vochysia sp.</i>
Cupiuba	<i>Goupia glabra</i>	Tachi	<i>Sclerobium goeldianum</i>
Envira-preta	<i>Fusaea longifolia</i>	Tauari	<i>Couratari pulchra</i>

Nas florestas de várzea, é complexa a diversidade das espécies. Algumas são comuns às de terra firme e aos solos hidromórficos, como as que podem ser visualizadas na Quadro 2, e nas Figuras 7 a 9, tem-se uma vista parcial da floresta de várzea local:

Quadro 2: Espécies vegetais da floresta de várzea da FLONA do Amapá.

Nome popular	Nome científico
Acapu	<i>Vouacapoua americana</i>
Acariquara	<i>Minguartia sp.</i>
Açaí	<i>Euterp oleracea Mart.</i>
Andiroba	<i>Carapa guianensis</i>
Sorva	<i>Couma macrocarpa.</i>
Tachi preto	<i>Tachygalia sp.</i>
Ucuuba	<i>Virola sp.</i>
Visgueiro	<i>Ceiba pentandra</i>



FIGURA 7: PEDRAL E FLORESTA DE VÁRZEA JUNTO AO RIO FALSINO;
FONTE: L. T. L. SIMONIAN, 2001.



FIGURA 8: FLOR DA FAMÍLIA DAS BROMELIACEAS; EM TETO EM
DECOMPOSIÇÃO; FONTE: L. T. L. SIMONIAN, 2001.



FIGURA 9: FLOR DE ESPÉCIE DA FLORESTA DE VÁRZEA NÃO IDENTIFICADA,
JUNTO AO RIO ARAGUARI. FONTE: L. T. L. SIMONIAN, 2001.

A área de cerrado é pequena, mas não menos importante do ponto de vista da biodiversidade. Ela se localiza em “...solos pedregosos concrecionários lateríticos mapeados” (Nome, s. d., p. 3).
Dentre as espécies dessa área, as principais podem ser vistas na Quadro3:

Tabela 3: Espécies vegetais do cerrado da FLONA do Amapá.

Nome popular	Nome científico
Acapu	<i>Vouacapoua americana</i>
Barba-de-bode	<i>Cyperus radiatus</i> Vahl.
Caju-do-campo	<i>Anacardium sp.</i>
Capim-cabeleira	<i>Axonopus barbatus</i> Chase
Lixeira	<i>Curatella amaericana</i>
Murici	<i>Byrsonina sp.</i>

A fauna existente na FLONA do Amapá, conforme a documentação (Floresta, s. d.; Nome, s. d., p. 2) e informes obtidos *in locus* (J. L. Barreto de Souza, 2001, informação verbal; L. T. L. Simonian, 2001, notas de campo/n. c.), é diversificada e, em parte podem ser conhecidas pela Quadro

4, que segue. Mas, além dessas espécies, existe ainda uma variedade de batráquios, aracnídeos, insetos e aves.

Quadro 4: A fauna diversificada da FLONA do Amapá.

Nome popular	Nome científico
Acari-açu	<i>Brachyurus bicudus</i>
Anta	<i>Tapyrus terrestris</i> Lin.
Aracu	Família: Anostomidae
Apaiari	<i>Astronotus ocellatus</i> Cuv.
Ariranha	<i>Pteronura Brasiliensis</i> Lin.
Capivara	<i>Hydrochoerus hydrochoeris</i> Lin.
Cutia	<i>Dasyprocta aguti</i> Lin.
Jacaretinga	<i>Caiman sclerops</i> Schn.
Jacaré-coroa	<i>Caiman trigonatus</i> Schn.
Jacaré-açu	<i>Caiman niger</i> Spix
Jacaré-de-papo-amarelo	<i>Caiman latirostres</i> Daud.
Jararaca	<i>Bothrops jararaca</i> Wied.
Jibóia	<i>Constrictor constrictor</i> L.
Jia	Rãs do gênero <i>Leptodactylus</i>
Jandiá	Família: pimelodidae
Lagartixa	Família: geconídeos
Lagarto	<i>Tupinambis</i> Daud.
Mandubé	<i>Agenciosus brevifilis</i>
Mafurá	Gênero <i>Pacupeba</i>
Piranha preta	Família dos <i>Carácidas</i>
Pratinha	Família dos <i>Carácidas</i>
Pirarucu	<i>Arapaima gigas</i> Cuvier
Porco-do-mato	<i>Tayassu tajacu</i> Lin.
Surucucu-pico-de-jaca	<i>Lachesus muta</i> Lin.
Sucuriçu	<i>Eunectes marinus</i> Lin.
Tamanduá-bandeira	<i>Myrmecophaga tridactyla</i> Lin.
Traíra	<i>Hoplias malabaricus</i> Bloch.
Tucunará	<i>Cichla temensis</i> Humb.
Veado campeiro	<i>Dorcelaphus bezoarcticus</i> Lin.

A existência de minérios é uma realidade nessa FLONA, mas não foram encontradas solicitações de pedido de lavra junto ao Ministério de Minas e Energia-MME. Do que se conhece, o ouro, a tantalita e a cassiterita são encontráveis (J. L. Barreto de Souza, 2001, informação verbal; L. T. L. Simonian, 2001, n. c.), embora já em 1925, Buarque (1925, p. 51, 82) informava que no rio Araguari havia ouro, ferro, manganês, bauxita, cobre, prata e platina. Mas nada se sabe sobre o potencial mineral local, assim, uma avaliação cuidadosa ainda está por ser feita a respeito.

Esses recursos todos vêm sendo – como já referido acima – utilizados por populações passadas e presentes que se adentraram e ocuparam essa área. Segundo informações do chefe da FLONA (J. L. Barreto de Souza, 2001, informação verbal) e obtidas em campo, a população atualmente estabelecida na área vive em parte de agricultura de subsistência, caça, coleta, pesca e garimpagem, portanto, de

recursos florestais, pesqueiros, e de minérios locais. Neste ponto, uma questão que se coloca é a da gestão voltada para a sustentabilidade.

4. - Perspectivas Histórico-culturais

No passado, o rio Araguari teve grande importância, no que diz respeito à ocupação indígena (Alcino, 1971, p. 46; Waiãpi, 1983) e às disputas de limites no escudo guianês entre a França e Portugal/Brasil e, conseqüentemente, quanto à política expansionista européia e o sistema de fortificações na região. Esta condição, aliás, foi reconhecida por muitos, dentre os quais por Marajó ([1895] 1992, p. 285). Conseqüentemente, embora indígenas e não-índios venham ocupando essa região desde os tempos coloniais, a área que veio a constituir a FLONA do Amapá em 1989, manteve-se à margem dos processos que levaram à destruição de parte significativa da Amazônia brasileira.

A presença indígena na bacia do rio Araguari é antiga, sendo que este rio também se constituiu em fronteira para o território indígena desde meados do século XVIII. Mas embora uma pesquisa arqueológica ainda esteja por ser feita na área da FLONA do Amapá, os Maracurios, os Carapaporis e os Tabaripixi viviam nessa área, inclusive no alto rio, na segunda metade do século XVII (Alcino, 1971, p. 46) e “Os Waiãpi ocupa[vam], há mais de dois séculos, uma vasta área situada nos confins do Brasil e da Guiana Francesa, delimitada pelas bacias dos rios Jari, Oiapoque e Araguari” (Waiãpi, 1983, p. 102). No início do séc XIX, Spix e Martius (1981, p. 284) notificaram a presença dos Coçari nessa bacia. Impactados pela expansão das frentes coloniais, neocoloniais e do colonialismo interno, em sua grande maioria os indígenas pereceram ou se exilaram para outras áreas.

Entre o século XVII e meados do século XIX, as políticas públicas voltadas para a construção de fortes, aldeamento e catequese de índios foram os primeiros empreendimentos implantados na foz do Araguari pelos holandeses, portugueses e franceses. Apesar da distância da FLONA do Amapá, tais ocupações tiveram seu impacto nessa área. De fato, foi a partir dessa região que muitos não-índios se adentraram para o interior da bacia do Arapari, o que incluiu quilombolas, europeus e neobrasileiros.

Os holandeses foram os primeiros a fortificar a área próxima a essa foz. Provavelmente em 1633, eles construíram o forte de Maricary ou Maiacaré, “entre os rios Maricary e Cassiporé (...) sobre a borda do mar, na embocadura do rio do Mayacaré, ou nas proximidades dessa região” (Viana, 1905, p. 247). Em 1647, conforme Azevedo (1847, *apud* Castro, 1999, p. 161), o governador do Pará ataca esse forte e vence seus defensores. Na seqüência, de acordo com Marajó ([1895] 1992, p.286-287) e Picanço (1981, p. 57),¹¹ em 1660, um forte ou casa forte foi construído por Pedro da Costa Favela na parte baixa desse rio em sua margem esquerda. Os objetivos de então eram o de deter a fixação de estrangeiros nessa área e proximidades e proteger os empreendimentos missionários entre os índios.

De todo modo, a mando do Marquês de Ferolles, governador de Caiena, incentivou-se a expansão dos colonos franceses pelo Amazonas: “os franceses desprezavam os perigos decorrentes da proximidade das autoridades luso-brasileiras do fortim de Araguari” (Baena, 1846, p. 3, *apud* Reis,

¹¹ Este forte também tinha por objetivo a proteção aos franciscanos, que de Belém iam pregar entre os indígenas do norte (Baena, *id.*, *ibid.*).

1993, v. 1, p. 70)¹². Por essa época, os franceses chegaram a estabelecer “um ponto de pesca no lago Araguari” (Castro, 1782, *apud* Reis, 1993, v. 1, p. 158-159). E no ano de 1687, os jesuítas Antônio Pereira e Bernardo Gomes catequizaram os índios Maracurios e Carapaporis, acima do Araguari, mas foram por eles mortos (Alcino, 1971, p. 46). E conforme Alcino (1971, p. 46), precisamente no alto desse rio, o jesuíta e cartógrafo Aloísio Conrado atuou entre os Maracurios e os Tabaripixi.

A morte dos jesuítas Antônio e Bernardo resultou em novas medidas de políticas públicas, principalmente no âmbito da segurança. Pelas pesquisas de Castro (1999, p. 162-165), por ordem de uma comissão organizada para indicar áreas a serem fortificadas nas proximidades de Caiena, em 1688, o forte do rio Araguari foi construído pelo engenheiro Pedro de Azevedo Carneiro, “na boca de seus lagos...com o objetivo de impedir o comércio dos estrangeiros com os nativos” (Andrade, 1687, *apud* Castro, 1999, p. 163). Já Picanço (1981, p. 57) informa que o forte foi edificado na foz ocidental, precisamente no Batabouto, um afluente também à margem esquerda, e tinha à disposição três canhões e 25 soldados. Em 1697, esse forte não resistiu às inundações e à força da pororoca.

Entretanto, os franceses se mostraram persistentes em seu avanço pelo litoral. Em 1700, eles conseguiram que os portugueses “desamparassem e demolissem” os fortes do Araguari¹³ e de Cumau (Tratado, 1700, *apud* Reis, 1993, v. 1, p. 197). Em fins dos anos de 1780, por exemplo, eles se encontravam fortificados na ilha Torolori, localizada próxima à ilha Curuá, que por sua vez situava-se defronte à foz do Araguari (Reis, 1993, v. 1, p. 161), provavelmente o forte Saint Antoine (Meira, s. d., *apud* Castro, 1999, p. 166). Por um informe de Coutinho, do ano de 1795 (Reis, 1993, v. 1, p. 241), sabe-se que “negros fugidos” – os quilombolas, ocupavam as cabeceiras desse rio, e de lá se expandiam até Macapá, sem problemas. Precisamente, em fins do século XVIII, o “rio Araguari foi percorrido e estudado minuciosamente pelo coronel de engenheiros Pedro Alexandrino Pinto de Souza”; mesmo assim, com base em três tratados, os franceses conseguiram estender as fronteiras até esse rio (Reis, 1993, v. 1, p. 164-166). Depois de muitas transformações nessa fronteira movediça, que incluiu a presença de autoridades luso-brasileiras em Caiena por curto período desde 1809, o Tratado de Utrecht, de 1917, retornaria o limite ao rio Oiapoque (Reis, 1993, v. 1, p. 164-166; 169). Mas esse não foi o fim das lutas entre as nações envolvidas e o limite pelo rio Araguari.

Uma outra questão que se coloca para essa área, refere-se à possível expansão dos Cabanos até ela, enfim, se teriam se refugiado no rio Araguari ou se adentraram até o território que veio a constituir a FLONA do Amapá¹⁴. De todo modo, fôra no baixo Araguari que, em 1840, foi implantada a Colônia Militar D. Pedro II, que tinha por objetivo dificultar ou mesmo impedir a expansão francesa sobre o Território Contestado (Raiol, 1992, p. 192-193). Como os militares, cabanos anistiados foram bem vindos a essa Colônia, tendo recebido apoios diversos, principalmente os que desposavam mulheres

¹² Apenas em 1679, o comandante do forte de Gurupá conseguiu “tolher o passo” dos francezes (*id.*, *ibid.*).

¹³ Neste caso, a demolição deve ter-se dado em relação ao que sobrara da destruição pela pororoca, acima referida.

¹⁴ Picanço (1981) revela que os cabanos teriam lutado em Macapá, Mazagão, Santana, ilha de Vieirinha e se expandido até Bailique.

indígenas (Reis, *apud* Alcino, 1971, p. 102). O nome de Quanto ao Cunani – a república implantada por franceses no Território Contestado, nos anos de 1890, o Araguari voltou a fazer seu limite sul. Aliás, toda a disputa entre franceses e brasileiros (Raiol, 1992, p. 195-206; Reis, 1993, v. 1, p. 160), esteve então vinculada às possibilidades de exploração do ouro e da pesca nessa parte central do estado do Amapá. Como os conflitos foram dando lugar a acordos e tratados, em 1900 Salles (1900, *apud* Alcino, 1971, p. 102) propõe a transferência da Colônia Militar Pedro II, então referida como “posto militar”, para o Oiapoque, o que fora feito em 1907.

Note-se que entre fins do século XIX e começo do século XX, toda uma série de expedições exploradoras adentraram-se pela bacia do Araguari. Segundo Buarque (1925, p. 82-83), dentre eles tem-se: em 1896, o francês Laluet; George Meyer Gonçalves,¹⁵ brasileiro naturalizado – que fora “o grande propulsor do desenvolvimento” na área; e, respectivamente, em 1907, 1908 e 1909, João Abreu, Eduardo Gibson e Cochard. Buarque (1925, p. 83) ainda registrou, quando sua estada na área, que no baixo rio dominava a fazenda de gado com cerca de 5.000 cabeças de gado, de Dona Margarida de Castro, viúva do cel. Castro, que fora comandante da fortaleza de Macapá, que morrera tragicamente devido ao avanço de uma pororoca¹⁶.

Neste ponto, há de ressaltar-se que as ocupações decorrentes da exploração mineral também tiveram o seu impacto nessa área, em que pese o difícil acesso – como se sabe, devido às corredeiras dos rios Araguari e Falsino, o que muitas vezes exige o uso de aeronaves para o transporte, principalmente no período da seca. Essas ocupações começaram em 1987, em face do inverno e das grandes enchentes ocorridas em Calçoene, quando a produção de ouro diminuiu em 50%, e os garimpeiros se dirigiram para Porto Grande-rio Araguari (M. Bezerra, *apud* Raiol, 1992, p. 163). Dessa fronteira mineral, um garimpo ainda opera, nos dias atuais, no interior da FLONA do Amapá, localizando-se junto ao rio Capivara. Nesse garimpo, existe um povoado, a “corrutela do Capivara”.

Mas, ante o estado de conservação dessa área, na década dos anos de 1980, ela foi considerada para fins de criação de uma UC. Um estudo em âmbito federal (Aptidão, 198?, *apud* Nome, s. d., p. 1), indicou a destinação de áreas com mais de 80m³/ha de volume de madeiras para manejo florestal, o que era o caso da área que veio a constituir a FLONA do Amapá. Aliás, em período anterior, o Projeto RADAM (1976) sugerira o enfoque conservacionista para as áreas de solos de baixa fertilidade, como os solos dessa FLONA. Mais, “essa região foi muito perseguida de pele de lontra (*Lutra paranaensis*), de onça (*Panthera uncia*) e de carne de caça; era fácil de se ver 10 / 12 embarcação cheia de pele e de carne passando pelo rio pra ir vender na cidade” (Anônimo, 2001, informação verbal), sendo que tais processos destrutivos ocorreram principalmente entre meados do século XX e os anos da década de 1970.

Porém, essa não foi uma proposta tranqüila para os amapaenses. De fato, a criação da FLONA do Amapá foi significativamente questionada pela sociedade local. Por exemplo, de acordo com o entendimento de Barroncas (1981, p. 9),

¹⁵ Esse brasileiro naturalizado foi quem repassou, a Buarque (*id.*, p. 83), as informações sobre o rio Araguari.

¹⁶ Consta que se atribuiu a sua morte aos indígenas, que teriam envenenado as águas, “temerosos de que os ‘brancos’ fosse[m] desalojal-os” (Buarque, *id.*, p. 85).

...há uma proposta que fatalmente irá trazer trágicas conseqüências. Trata-se da criação de uma 'Floresta Nacional do Amapá', para exploração sistemática do potencial madeireiro da área, como parte do programa que inclui 12 áreas florestais que vão ser entregues às multinacionais para fazerem exploração por 'contratos de risco'. A área especulada cobre, na parte Sudoeste, uma extensão efetivamente ocupada pelos Waiãpi. Para se evitar esse atentado, urge que haja entendimentos entre a FUNAI e o IBDF.

Neste ponto, questões relativas à exploração madeireira e aos direitos territoriais indígenas foram enfatizadas.

Com a criação da FLONA do Amapá em 1989, muito pouco mudou no contexto cultural local, principalmente porque o Estado deixou de implementar as propostas intrínsecas a essa modalidade de UC, o que, aliás, contribuiu para com a conservação dos recursos dessa área, principalmente da floresta. Com recursos públicos têm sido mantido um Depósito de Apoio em Porto Grande, a Sede na confluência dos rios Araguari e Falsino, e o Posto de Vigilância do Primeiro Braço do Rio Falsino, já mencionados (Planejamento, 2001, p. 2). Pelo depoimento do técnico que chefiava essa FLONA (J. L. Barreto de Souza, 2001, informação verbal), sem recursos, ele sequer pôde vistoriar os limites, à exceção das áreas próximas à sede do IBAMA, na confluência dos rios Araguari e Falsino. Em face de tais desdobramentos, e a despeito dos esforços do ex-chefe Barreto de Souza, pode-se caracterizar a cultura local como permeada pelo emperramento e/ou pela inoperância.

De fato, mesmo quando alguns projetos foram encaminhados, não chegaram a ser implementados ou quando feitos, seus alcances tiveram benefícios limitados. Exemplo, nesse sentido, foi o investimento feito pela empresa CHAMFLORA, em 1999, pois essa empresa precisava aplicar um percentual em questões ambientais (Brasil. IBAMA-AP, 1999). Pelo que se pode constatar *in locus*, os bens acordados foram adquiridos e hoje integram o patrimônio da sede da FLONA do Amapá,¹⁷ como o que aparece na Figura 10, mas não a demarcação que se constituía no apoio mais urgente (J. L. Barreto de Souza, 2001, informação verbal) ou mesmo nas questões sociais locais.

¹⁷ Material permanente: 1 freezer, 2 motores de popa, 1 grupo gerador, 1 televisor, 1 antena parabólica,



FIGURA 10: ANTENA DE TELEVISÃO INSTALADA NA FLONA DO AMAPÁ; FONTE: L. SIMONIAN, 2001.

Mas, essa não é uma situação única no âmbito das políticas públicas e dos movimentos sociais que se produzem a partir das UCs. As tantas crises vividas pelos habitantes da FLONA Tapajós-PA, é apenas um exemplo nessa direção, mas uma tal realidade é muito mais generalizada (Nepstad, 1997; Quaresma, 2000; Santos, 2001; Silva, 2003b; Simonian, 2000, 1998; Soares, 2001). E, só recentemente, é que o IBAMA viabilizou um projeto piloto de manejo sustentável para essa floresta (Brasil. IBAMA, 2001b; Silva, 2003a) e se está a colocar a questão do PM para a FLONA do Amapá, o que poderá reverter essa tendência, caso recursos sejam viabilizados. Mas, minimamente, o que se espera, é que esse Plano assegure uma intervenção sustentável.

A administração da FLONA vem sendo feita por uma equipe muito reduzida, o que, em parte reflete a exigüidade dos recursos disponíveis. De funcionário de carreira do IBAMA-AP, em 2001, havia apenas o Sr. José Luis Barreto de Souza, 45 anos, técnico agropecuário e o Chefe dessa UC (L. T. L. Simonian, 2001, n. c.),¹⁸ que aparece na Figura 11. O restante do pessoal alocado nessa FLONA, em 2001, é então composto por trabalhadores contratados por serviços prestados. São eles: o Sr. Abraão, piloto e responsável pelo Posto de Apoio, em Porto Grande, a Sr^a. Rosinha, cozinheira e faxineira da sede do IBAMA-PA, na FLONA que são vistos nas Figuras 12 e 13, que seguem; o Sr. Montealvão, mais conhecido como Galvão, ajudante de serviços gerais e fiscal eventual. Com um efetivo tão restrito e na maioria desqualificado a pensar-se na importância do Índice de Desenvolvimento Humano-IDH (Human, 2000), são poucas as possibilidades quanto ao desenvolvimento sustentável na área.

¹⁸ Ele ocupa essa função por cerca de 10 anos – ver nota 6 – tendo participado, no sentido de capacitar-se, de encontros e seminários acerca de UCs.



FIGURA 11: À ESQUERDA, O SR. BARRETO DE SOUZA, O CHEFE DA FLONA; FONTE: VÍDEO DA FLONA, 199?.



FIGURA 12: SR. ABRAÃO, O PILOTO DE VOADEIRA;
FONTE: L. T. L. SIMONIAN, 2001.



FIGURA 13: SRª. ROSINHA, COZINHEIRA E FAXINEIRA
FONTE: L. T. L. SIMONIAN, 2001.

E, embora em muito restrita à sede da FLONA, essa equipe tem um cotidiano movimentado. De fato, visitas de garimpeiros de passagem e de vizinhos são recebidas e, eventualmente, de pesquisadores e/ou de funcionários de instituições públicas a trabalho (Brasil. Floresta, 2001-?; L. T. L. Simonian, 2001, n. c.). Aliás, essas são ocasiões em que se toma conhecimento das notícias dos rios e redondezas, das lendas, histórias, enfim, da cultura local. Precisamente, soube-se de encantados das águas, de ataques de porcos-do-mato (*Tayassu tajacu* Lin.), dos perigos das poucas fiscalizações feitas, dos problemas familiares e até íntimos de todos os que de algum modo se relacionam com essa FLONA.

5. Produção e reprodução familiar e ações estatais

Neste ponto impõem-se alguns questionamentos a cerca das atuais condições de produção e de reprodução de famílias que vivem na FLONA do Amapá, bem como fazer inferências sobre o papel do Estado neste processo, identificando suas ações estatais, ou a sua falta, no contexto processual reprodutivo dos moradores da FLONA do Amapá. A teoria mais geral sobre o processo produtivo e reprodutivo de sociedades historicamente dadas e, mais especificamente, sobre a sociedade capitalista, devem ser buscadas nos escritos de Marx ([1890] 1988) e Engels ([1884] 1979), que identificam as bases estruturais de qualquer formação social, a partir da forma como o processo produtivo se dá, concomitantemente, com seu modelo específico de reprodução social.

A questão da reprodução, necessária em qualquer análise estrutural das sociedades, foi retomada por autores contemporâneos, dos mais diferentes ramos das ciências sociais. Boudon (1981), Lange (1969) e muitos outros demonstram as formas de reprodução da sociedade capitalista, com ênfase nas práticas econômicas. Althusser (1971), Bourdieu e Passeron (1992), por outro lado, discutem a face ideológica da reprodução social capitalista, ao nível da construção das mentalidades pelo Estado, através do sistema educacional. E, de acordo com Boudon e Bourricaud (1993, p., 473), “o conceito de reprodução na acepção sociológica deve-se a Marx”. Neste sentido, há de se fazer uma rápida digressão deste conceito, retirando-lhe o essencial, haja vista sua importância introdutória para a presente discussão, qual seja, a forma de produção e reprodução das famílias da FLONA do Amapá e o papel do Estado neste processo.

Ao partir da chamada visão dialética materialista, a qual identifica como substrato de análise as condições sócio-econômico de qualquer sociedade historicamente dada, Marx ([1890] 1988, p. 659-660) mostra que

As condições da produção são simultaneamente as de reprodução. Nenhuma sociedade pode produzir continuamente, isto é, reproduzir, sem reconverter, de maneira constante, parte de seus produtos em meios de produção ou elementos da produção nova. Permanecendo invariáveis as demais condições, só pode reproduzir ou manter sua riqueza no mesmo nível, substituindo, durante o ano, por exemplo, os meios de produção consumidos, isto é, instrumental de trabalho, matérias-primas e substâncias acessórias, por quantidades iguais de artigos da mesma espécie, separados da produção anual e incorporados ao processo de produção que continua.

Do mesmo modo, Engels ([1884] 1979), enfatizando o materialismo como princípio filosófico, diz que um fator determinante na história é, em última instância, a produção e reprodução da vida imediata, ou seja, da produção dos meios de subsistência, tais como alimento, agasalho, abrigo e instrumento de trabalho, bem como a reprodução dos próprios seres humanos.

O conceito de reprodução é igualmente central para a discussão ora proposta. Exemplar nessa direção é a posição de Althusser (1971), que utiliza o conceito reprodução a partir da obra de Marx, para mostrar como o Estado reproduz as condições de produção na formação social capitalista, a partir dos chamados aparelhos de Estado. Neste particular, o autor enfatiza o papel da educação (aparelho ideológico de Estado) no processo de reprodução da mão de obra e da própria ideologia legitimadora

(Weber, 1992)¹⁹ das relações sociais de produção capitalista. Contraditoriamente, a questão educacional tem sido muito desconsiderada nas discussões e políticas públicas contemporâneas relativas ao desenvolvimento sustentável.

A partir desse pressuposto teórico, ou seja, de que para produzir, toda sociedade deve reproduzir as condições de sua própria produção, buscar-se-á a partir de então entender duas questões norteadoras desta discussão: primeiro, quais as atividades das famílias da FLONA do Amapá que lhes garantem a reprodução das condições de produção, ou seja, como essas famílias reproduzem, ao mesmo tempo que produzem, as condições de produção. E segundo, qual a participação do Estado neste processo, isto é, quais as políticas adotadas pelos órgãos governamentais no sentido de garantir as condições objetivas para a permanência das formas de produção existentes na FLONA. Em linhas gerais, pretende-se mostrar como essas famílias vivem, produzem e reproduzem suas vidas ou existências, bem como questionar o papel do Estado neste contexto.

Sabe-se que os rios na Amazônia configuram-se como condição indispensável para a sobrevivência das populações locais, mormente daquelas que vivem nas regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos. Os rios servem como importante via de comunicação, são fonte de proteína animal, servem para higiene pessoal e limpeza de utensílios domésticos, além de lugar de lazer ou brincadeiras de crianças e adolescentes ribeirinhas. É exatamente por essa condição que as famílias²⁰ amazônicas procuram as margens dos rios e igarapés para fixarem moradia e/ou fazerem suas roças. Na FLONA do Amapá, essa caracterização não é diferente, ou seja, o local de moradia e de produção dos bens materiais de vida das famílias desta UC, dá-se às margens dos rios Araguari e Falsino. Como esses rios sofrem as influências do regime das enchentes e das secas, essas famílias gerenciam suas vidas a partir dessa condição natural.

À exceção das construções das bases do IBAMA-AP, que em parte se viu na Figura 6 acima, a forma habitacional nesta FLONA é muito simples e, em geral, com poucas paredes, o que pode ser observado nas Figuras 14 e 15, a seguir. Primeiro, busca-se os locais mais elevados para proteção nos períodos de cheia dos rios. Depois, levanta-se uma palafita, coberta com palha e estruturada com madeira retirada da própria floresta. Em geral, essas “casas” não possuem divisórias internas e apenas uma parte das paredes externas é construída. Dorme-se em redes, a alimentação é feita em fogão de barro com utilização de lenha como combustível, sendo que uns desses fogões aparece na Figura 16, abaixo, instalado em cozinha sem paredes. E, consome-se a água do próprio rio, sem tratamento algum.

¹⁹ O conceito de legitimidade é amplamente utilizado por M. Weber ao discutir os três tipos puros de dominação: carismática, tradicional e a racional - legal. Weber mostra que não há dominação durável sem reivindicação de legitimidade, ou seja, toda dominação tenta manter a crença da necessidade de suas ações. Assim legitimar é dar validade, coerência e aceitação a um determinado comando (Ver Weber, 1992; tb. Boudon, Bouricaud, 1993).

²⁰ A idéia de família aqui colocada é a das famílias caboclas nucleares, organizadas com base na relação de esposos e sua prole, ao longo de rios (Simonian, 2001, p. 15), de lagos e mesmo de terra firme, como no caso dos seringais de centro.



FIGURAS 14 E 15: OCUPAÇÕES HUMANAS SITUADAS NA FLONA DO AMAPÁ, ÀS MARGENS DO RIO ARAGUARI; FONTE: L. T. L. SIMONIAN, 2001



FIGURA 16: FOGÃO CABOCLO LOCALIZADO EM UMA DAS RESIDÊNCIAS SITUADA NA FLONA DO AMAPÁ, JUNTO AO RIO FALSINO; FONTE: L. T. L. SIMONIAN, 2001.

A base da alimentação das famílias residentes na FLONA do Amapá vem da floresta, dos rios e de uma incipiente agricultura familiar. A caça e a pesca fornecem a proteína animal, conforme já apontado. A farinha advém da lavoura de subsistência, que costumeiramente é feita derrubando a mata ciliar, através de uma prática tradicional na Amazônia que é a queimada, também denominada de coivara. Tudo é feito manualmente. Aberta a capoeira,²¹ planta-se a mandioca. Retiram-se, então, os tubérculos para serem descascados, ralados e torrados em uma chapa de ferro sob uma palhoça, construída próxima da lavoura; na Figura 17, que se vê a seguir, aparece um morador, o Sr. Neto da Costa, descascando esse tubérculo para o preparo da farinha.

²¹ Nessa FLONA, usa-se fundamentalmente a capoeira, que é uma parte da mata secundária derrubada para a agricultura de subsistência. Na Amazônia, geralmente, a capoeira surge após a derrubada, queima da mata virgem e plantio por duas ou três safras. Os resíduos da queimada são aproveitados como fertilizante natural da terra para a plantação.



FIGURA 17: DESCASQUE DE MANDIOCA, PARA PREPARO DA FARINHA, JUNTO AO RIO FALSINO²²; FONTE: L. T. L. SIMONIAN, 2001.

O trabalho é extenuante e os rendimentos são baixíssimos. Segundo informação de produtores da FLONA, em 2001 uma saca de farinha com 60kg custava R\$ 40,00 (J. B. da Silva, 2001, n. c.). Mas há de se levar em consideração outras condições nas quais esses agricultores estão colocados. Precisamente, jornadas de trabalho desgastantes sob um sol escaldante, produção completamente manual, falta de assistência técnica, bem como problemas com o transporte do produto até o município de Porto Grande, o que torna a relação custo-benefício da produção de farinha extremamente desfavorável para os produtores diretos.

Contudo, quase todas as famílias que vivem na FLONA do Amapá praticam esta atividade, haja vista a liquidez que a farinha possui no mercado do município de Porto Grande. Por exemplo, o Sr. Neto é migrante do Ceará e vive em sua colocação há aproximadamente um ano e meio. Chegou à essa FLONA por intermédio do Sr. Sandoval, mais conhecido como Conté, que se vê na Figura 18, tendo adquirido (sic) a colocação²³ em que vive do Sr. Risadinha, em troca de casa em Porto Grande e de uma geladeira. Sem qualquer amparo institucional e vivendo em condições aviltantes, tem na produção de farinha a base de sua subsistência. Com a venda do produto no município de Porto Grande, Sr. Neto consegue os víveres para sua auto-reprodução, tanto biológica, quanto de seus equipamentos de produção. Ele estava muito debilitado pela malária e afirmou que somente iria até Porto Grande, para se tratar, quando tivesse terminado a produção da farinha.

²² Conforme será visto adiante, na oportunidade o Sr. Neto encontrava-se com malária.

²³ Local de residência e unidade de produção.



FIGURA 18: SR. CONTÉ, DESCANSANDO DEPOIS DE TRABALHO NA TORREFAÇÃO DE FARINHA D'ÁGUA; FONTE: L. T. L. SIMONIAN, 2001.

Além da produção de farinha, outros produtos artesanais são feitos no interior da FLONA do Amapá e em seu entorno, como as canoas, remos, cestaria, fogões e carvão. Dentre estes, poucos produtos são comercializados, como a produção artesanal de D. Doraci, especialmente jamaxins, que aparece na Figura 19, abaixo. Assim, diferentemente da magnitude e importância econômica dessa modalidade de produção em outras regiões e culturas (Mattos, 2001; Nash /org./, 1993; Simonian, 2001)²⁴, nessa UC e adjacências esse *métier* é limitado. Mas, observou-se uma criatividade importante quanto a estilo e uso de materiais, principalmente na produção de fogões, a exemplo do que aparece na Figura 20.

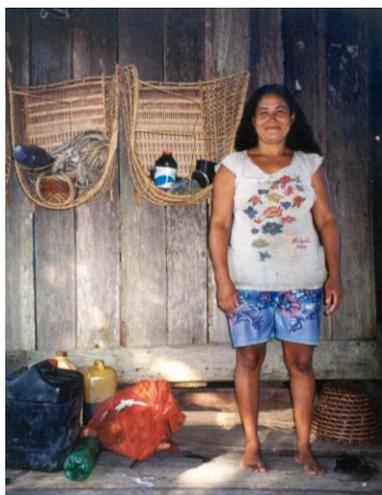


FIGURA 19: DORACI E SEUS PRODUTOS ARTESANAIS; É MORADORA NAS PROXIMIDADES DESSA FLONA, JUNTO AO RIO ARAGUARI; FONTE: L. T. L. SIMONIAN, 2001.



FIGURA 20: FOGÃO PRODUZIDO DE BARRO; RESIDÊNCIA DA FAMÍLIA DE CAMILO/MARIA, NO INTERIOR DA FLONA DO AMAPÁ, JUNTO AO RIO ARAGUARI; FONTE: L. T. L. SIMONIAN, 2001.

²⁴ Exemplos nesse sentido são a produção cerâmica das Macuxi, RR (Simonian, *id. ibid.*), do vale do rio Jequetinhonha (Mattos, 2001, *id. ibid.*) e das mulheres indígenas da América Central (Nash, *id. ibid.*).

Apesar da base produtiva dessas famílias estar assentada na produção de farinha, não só para o consumo, mas também para o mercado, há nesta UC outras atividades que garantem a reprodução material e biológica das famílias na FLONA do Amapá, tais como o garimpo e a plantação de culturas perenes. O garimpo fica próximo à nascente do rio Capivara, afluente do rio Araguari, parte leste da área demarcada. Existem famílias que vivem em função desta atividade, com extração de minério de ouro (com o uso de maquinários), tantalita e cassiterita (exploração manual). Outros se valem do transporte de garimpeiros para a área da corrutela, como forma de conseguir algum rendimento para o sustento familiar.

Dentre os grupos familiares presentes no local, encontra-se o do Sr. Camilo Athayde, 48 anos, nasceu no município de Amapá, mora há seis anos na FLONA; ele tem esposa – Maria da Silva Athayde, 40 anos, uma filha e uma neta: Graciete de 17 anos e a Camila de um ano e três meses de idade, respectivamente; esse grupo familiar, que pode ser visto na Figura 21, abaixo, adquiriu a colocação do Sr. Guedes, com a perspectiva de conseguir ouro no garimpo Capivara. Atualmente, o Sr. Camilo concentra-se na extração de tantalita e cassiterita. E embora esta atividade esteja fora dos padrões de sustentabilidade econômico-ambiental, o garimpo Capivara continua sendo explorado desde fins dos anos de 1980, o que assoreia o leito do rio e envenena os peixes com o mercúrio.



FIGURA 21: FAMÍLIA DO SR. CAMILO E DE D. MARIA;
FONTE: L. T. L. SIMONIAN, 2001.

A cultura de frutas perenes está restrita às proximidades das casas na margem do rio. Pode ser caracterizada como do tipo quintal (Bahri, 2000), não havendo uma plantação sistematizada de espécies em grande ou média escala. O que existe é uma pequena plantação de caju (*Anacardium occidentale* Lin.), manga (*Mangifera indica* Lin), açaí (*Euterp edulis* Mart.), laranja (*Citrus aurantium*), limão (*Citrus limonum* Risso) e outras, além de ervas como capim santo (*Kyllinga*

odorata) e erva cidreira (*Melissa officinalis* Lin.). Mas, apesar da pequena escala, sua importância econômica é significativa. De fato, o consumo desses produtos é feito pelos próprios moradores e, se houver excedente, é vendido no município de Porto Grande. O quintal mais rico em variedades, encontrado na FLONA do Amapá, é o da colocação do Sr. Muchê;²⁵ nele foram encontradas muitas árvores frutíferas, conforme a Tabela 5, que segue:

Tabela 5: Frutas perenes observadas nos quintais da FLONA

Nome popular	Nome Científico
Abacateiro	<i>Persea gratissima</i> Gaertn.
Açaizeiro	<i>Euterp edulis</i> Mart.
Algodoeiro	<i>Gossypium herbaceum</i> L.
Bananeira	<i>Musa paradisiaca</i> L.
Cajueiro	<i>Anacardium occidentale</i> Lin.
Goiabeira	<i>Psidium guayava</i> Raddi
Jambeiro	<i>Eugenia malaccensis</i> L.
Jaqueira	<i>Arto-carpus integrifolia</i> Lin.
Laranjeira da terra	<i>Citrus aurantium</i> Lin.
Limoeiro	<i>Citrus limonum</i> Risso
Mangueira	<i>Mangífera indica</i> Lin
Pupunheira	<i>Guilielma</i> sp. Mart.
Urucuzeiro	<i>Bixa orellana</i> L.

Uma pequena parte dessas espécies pode ser vista na Figura 22, abaixo. Próximo à sua residência, esse senhor também planta abacaxizeiros (*Ananas sativus* Schult.), plantas medicinais – capim-santo, erva-cidreira, sabugueiro (*Sambucus nigra* L.), e plantas comestíveis como o caruru (Fam. *Amarantáceas*) e o jambu (*Wulffia stenoglossa*) (J. B. Silva, 2001, n. c.; L. T. Simonian, 2001, n. c.). Uma especificidade dessa FLONA é que não foi detectada criação de animais domésticos, à exceção de cães e gatos.

²⁵ Ao tempo do trabalho de campo, ele se encontrava em Macapá, em tratamento de saúde.



FIGURA 22: QUINTAL DO SR. MUCHÊ, JUNTO AO RIO ARAGUARI, COM DESTAQUE PARA AS MUDAS DE JAMBEIRO; FONTE: L. T. L. SIMONIAN, 2001.

No que diz respeito à mão de obra, tanto homens como mulheres participam dos processos produtivos. De todo modo, percebeu-se que embora não haja grandes restrições entre quem desenvolve tal ou qual tarefa, há uma flexibilidade na divisão do trabalho, no que é seguida a modalidade cabocla/ribeirinha/extrativista/quilombola de relações de gênero (Simonian, 2001; Wolff, 1998), que apesar dessa sócio-diversidade amazônica, é simultaneamente “típica”. E como em muitos garimpos (Heemskerk, 2002; Monsels, 2002; Rodrigues, 1994), no que se encontra em exploração no rio Capivara, além de trabalharem como cozinheiras e lavadeiras, as mulheres que ali vivem também comercializam seus corpos²⁶. Os homens estão mais vinculados aos trabalhos no garimpo, roças, fabrico de farinha, pilotagem de transporte fluvial, produção de canoas, remos, etc. Além de trabalharem na roça, as mulheres se ocupam com os labores domésticos e com os desenvolvidos nos quintais. Nos casos em que não há mulheres nas residências, os homens realizam todas as atividades vinculadas à sua reprodução biológica.

Como exemplo desse processo produtivo, destacam-se as atividades também diversificadas desenvolvidas pela família de Manoel Raimundo, 41 anos e de D. Djanira, 32 anos, os quais têm cinco filhos e vivem em colocação composta de duas casas, sendo a segunda da mãe do Sr. Manoel. Nas Figuras 23 e 24, tem-se, respectivamente, a Sr^a. Djanira e filhos, e o Sr. Manoel em atividade artesanal. Precisamente, essa família vive da atividade de transporte, pois é dona de um batelão²⁷ com

²⁶ A respeito, mais de uma vez se ouviu quando em campo, que “a [...] trabalha no garimpo [Capivara], põe cabra pra trabalhar e paga com o corpo dela” (Simonian, 2001, n. c.)

²⁷ Barco de porte médio e sem toldo, usado para transportar produtos e de trabalhadores, neste caso, de garimpeiros.

motor de 20 HP. A família ainda mantém roças de mandioca para o fabrico de farinha, em parte comercializada em Porto Grande. No quintal da colocação também são encontradas plantas frutíferas, medicinais e ervas para tempero. Um problema grave detectado entre essas famílias da FLONA é a inexistência de escola, que possa oferecer educação formal às crianças e mesmo aos adultos. Aliás, situação similar se encontra disseminada no interior da Amazônia (Santos, 2001; Simonian, 2001-1997, n. c.), apesar da educação ser essencial para o processo de efetivação da sustentabilidade enquanto suporte para o desenvolvimento.



FIGURA 23: DJANIRA E FILHOS.
FOTO: L. T. L. SIMONIAN, 2001.



FIGURA 24: SR. MANOEL, TRABALHANDO EM CABO DE ENXADA;
FONTE: L. T. L. SIMONIAN, 2001.

Mas como essas famílias conseguem reproduzir suas condições de produção para que continuem produzindo? O que o Estado ou Organizações Não-Governamentais-ONGs têm feito no sentido de contribuir para esta reprodução? Veja-se a questão da terra. Depois de queimada a mata, com a posterior plantação e colheita da mandioca para a feitura da farinha, busca-se sempre outra área para o início de um novo processo produtivo, haja vista o rápido esgotamento de seus nutrientes, ou seja, a reprodução da terra, enquanto meio de produção, é feita pelo abandono da área queimada para regeneração natural, sem qualquer intervenção humana. De fato, não existe uma assessoria competente, nem a utilização de adubagem química ou natural para recuperação da área degradada.

Os equipamentos de produção, como terçados, machados, inchadas, chapa de ferro para torrefação da mandioca ralada e outros utensílios são comprados em Porto Grande, a partir da produção e venda da farinha²⁸. Sementes e mudas para cultura branca (banana /*Musa paradisiaca* L.),

²⁸ Sr. Neto disse em entrevista que com a produção de sua farinha iria comprar outra “rabeta”, uma parte do motor de poupa do batelão, composta por um cano de ferro comprido com uma pequena hélice em sua extremidade, os quais dão propulsão para movimentar a embarcação.

milho /*Zea mays*/ e, principalmente, mandioca) e culturas perenes (caju e manga, por exemplo) são retiradas da plantação já cultivada. Da mesma forma, as famílias que trabalham com a extração de minérios no garimpo Capivara, reproduzem seus meios de produção a partir da venda dos minérios extraídos desse garimpo.

A participação estatal, através de assistência técnica ou com fornecimento de equipamentos, sementes, mudas novas para a produção, não existe. Até mesmo a reprodução biológica dessas famílias está ameaçada, pois doenças tropicais, como a malária ou acidentes com animais peçonhentos, só podem ser tratadas em Porto Grande ou em Macapá, capital do estado do Amapá, enfrentando os perigos de um rio encachoeirado, com pedras aparentes e tendo que contar com a boa vontade de pessoas que possuam um batelão. Caso contrário, terão que ir remando durante aproximadamente 10 à 12h ou mais de viagem²⁹.

Desta forma, o que se percebeu foi a ausência do Estado no processo de reprodução das condições de produção das famílias nesta UC; menos ainda se viu na própria reprodução biológica das mesmas. A FLONA do Amapá, em linhas gerais, possui os mesmos problemas de áreas protegidas na Amazônia, conforme posto, dentre outros autores, por Simonian (2000; 2001). O que se vê é uma legalização protetora sem lastro, ou seja, sem as condições necessárias para implementação dos objetivos propostos. Fala-se em sustentabilidade (Relatório, 1990, Viola, 1995), mas não há um Plano de Manejo florestal alternativo (Nugent, 1993; Simonian, 2000; Smith *et al.*, 1998), assessoria técnica para a reprodução das condições de produção familiar ou de utilização do potencial turístico desta área. A questão da equidade social torna-se, assim, uma quimera. Condições elementares para sua consecução, como educação, saúde e produção sustentável são inexistentes na área protegida.

Políticas públicas inexistentes, associadas à falta de perspectivas de melhorias de vida das famílias na FLONA, tornam a proposta de sustentabilidade econômica e ambiental um discurso vazio, puramente ideológico e legitimador de elites políticas locais. Bem articulado esse discurso garante votos e, mais do que isso, financiamentos e doações de organizações governamentais e não-governamentais nacionais e estrangeiras, para gastos com a manutenção da máquina burocrática. Assim, longe de todos os benefícios propostos ante a institucionalização dessa UC, as famílias que vivem na FLONA do Amapá, não vêem qualquer importância na sua criação.

Afinal, por que parar com a extração mineral do garimpo Capivara, se esta atividade possui um retorno prático imediato para os garimpeiros? Como desenvolver atividades produtivas menos nocivas ao meio ambiente, se não há nenhuma forma de ajuda técnica para implementação de outras atividades que não necessitem derrubar as matas ciliares e outras, através de queimadas? Como formar um sentimento de preservação ambiental nas pessoas, se elas vivem em condições aviltantes? Como respeitar as normas legalmente instituídas, se a presença do Estado é quase nula, a não ser de forma alienada e às vezes repressiva? Talvez essas condições difíceis de reprodução e produção, exacerbada

²⁹ A viagem feita de batelão pelo rio Araguari, levou cerca de 5h de Porto Grande até base do IBAMA na FLONA do Amapá, sem contar com a viagem rodoviária de 1h e 30min. de Macapá para Porto Grande.

pelo completo abandono estatal, se configurem como ponto fundamental para se entender um fenômeno percebido na FLONA do Amapá, que é a mobilidade das famílias que ali estão fixadas³⁰.

Como se vê, todas essas questões são pontos importantes para reflexão sobre as áreas de proteção institucionalizadas na Amazônia. É necessário que a população local comece a sentir os supostos benefícios, a partir de tais unidades, que o Estado se propõe a proteger e implementar políticas de melhorias sócio-econômicas e ambientais. Essa sustentabilidade sócio-econômica é a condição *sine qua non* para a sustentabilidade ambiental. Caso contrário, esse discurso cairá no descrédito daqueles que se configuram como os mais importantes atores nesse processo: as próprias populações locais.

6. Malária e suas implicações para a população residente

Apesar dos significativos avanços na medicina e na farmacologia, a malária, enquanto endemia importante pelo número de casos e óbitos, persiste no mundo. De fato, a situação mundial da malária tem demonstrado que ela permanece endêmica em 90 países, com cerca de 300 a 500 milhões de infecções a cada ano, estimando-se que ocorra de um a dois milhões de mortes por ano (Souza *et al.*, 1997). Destes, aproximadamente um milhão de crianças com menos de cinco anos de idade são penalizadas com mortes por malária ou outra doença associada (Barroso, 2001). Conforme dados da Organização Mundial de Saúde-OMS (World, 1999), mais de 40% da população mundial está exposta a riscos de contrair a doença, uma vez que vive em áreas de transmissão, e que as 112 áreas endêmicas³¹ estão localizadas na área tropical do planeta.

A expansão da malária, particularmente no Brasil, tem sido preocupante nas últimas duas décadas, e desde 1987 foram notificados mais de 600 mil casos de malária. Esse total é sub-estimado, pois existem muitos casos que não são notificados às autoridades sanitárias, principalmente devido a: auto-medicação, desinformação sobre a doença, distância e dificuldade de acesso à assistência, especialmente na Amazônia (Barroso, 2001). Conseqüentemente, a malária é uma endemia “ressurgente” e é considerada pela OMS como maior problema de saúde pública em muitos países, particularmente os do Terceiro Mundo. Para Souza (1997), o aumento de números de casos de diversas doenças transmissíveis, notadamente da malária, ocorreu a partir dos anos de 1970, coincidindo com a nova ótica do desenvolvimento econômico, adotado pelo Brasil. Desde então, se estimulou grandes modificações no aspecto social, na configuração espacial e na distribuição da população, permitindo a expansão das endemias, como a malária.

A distribuição geográfica da malária alcança áreas extensas, particularmente em zonas tropicais como a região amazônica. Esta região possui temperatura e umidade favoráveis ao desenvolvimento e à manutenção dos vetores, sendo responsável pela quase totalidade dos casos registrados no país. Ainda segundo Silva *et al.* (1998), a malária encontra-se concentrada ao norte

³⁰ Das colocações observadas, apenas duas possuíam os mesmos donos desde a criação da FLONA do Amapá: a colocação do Sr. Muchê e a da Sr^a. Clodomira Ribeiro da Costa, 58 anos, mais conhecida por Viúva; ambos se encontravam doentes e em tratamento na cidade de Porto Grande.

³¹ Regiões que apresentam registros contínuos de casos.

(Amapá e Roraima), oeste (Rondônia), ao sul (ao sul do estado do Pará e norte de Mato Grosso e Tocantins). Nos anos de 1980, os casos de malária no Amapá alcançaram um coeficiente de 978.11% ao ano e apresentaram um aumento de casos nos anos seguintes, tanto que no período de Janeiro de 1990 a setembro de 1999 ocorreu um aumento de casos que, de acordo com Silva *et al.* (1998), determinou novos níveis epidêmicos e o crescimento da malária urbana, sendo registrado no estado 140.693 casos dessa doença.

As florestas têm se constituído na fronteira verde da humanidade e como tal, milhares de pessoas que vivem atualmente nas áreas tropicais ou em seu entorno, utilizam seus recursos; estes podem muitas vezes parecer para a população local ilimitado, ou como perspectiva de recursos sempre renovável. De tudo isso resulta desmatamento, uso inadequado dos recursos naturais, degradação da floresta e, conseqüentemente, o empobrecimento das populações tradicionais. Esta ocupação antrópica traz como conseqüência o aparecimento de doenças endêmicas, e mesmo que esses habitantes da floresta estejam adaptados a ela, mudanças no *habitat* dos transmissores de doenças e na relação entre estes e seu ambiente, provocam mudanças no seu comportamento. Os mosquitos transmissores (*Anopheles darlingi*, *Anopheles albitarsis*, *Anopheles aquasalis*), que estavam habituados a se alimentar nos primatas, roedores e em outros animais da floresta, encontram menos animais hospedeiros potenciais e tendem a se alimentar nos seres humanos.

No entender de Souza (1997), vários fatores afetam significativamente a distribuição da malária no tempo e no espaço, em relação a uma determinada população, o meio ambiente e o impacto sobre os vetores. Esses fatores afetam: a transmissão natural, o que inclui a interação vetor/homem; o parasito e suas características genéticas; o homem e seus fatores biológicos; e fatores sócio-econômicos e comportamentais da população. Precisamente, na bacia do Araguari, onde a FLONA do Amapá se encontra localizada, Buarque (1925, p. 83) encontrou a malária em fins do primeiro quartel do século passado: “A molestia alli dominante é a malaria, que auxiliada pela falta de alimentação sadia e de recursos medicos, tem roubado muitas vidas, e inutilizado muitas pessoas”. É sob a ótica de todos esses fatores que se encontra caracterizada a FLONA do Amapá.

De fato, as condições gerais de vida nessa UC são marcadas pela precariedade. Nessa direção, tem-se uma população que ocupa a área, instalada em habitações propícias à proliferação da malária, uma vez que não possuem paredes, facilitando com isso o contato vetor/homem, como se vê nas Figuras 14 e 15, acima. A prática de atividades diretamente no rio, que se observa na Figura 25, abaixo, pode ser interpretada na mesma direção. Assim, uma tal realidade diminui a possibilidade do uso de inseticidas residuais como o DDT, favorecendo a manutenção e disseminação da doença.



FIGURA 25: MORADOR LIMPANDO PEIXE JUNTO AO RIO ARAGUARI;
FONTE: L. T. L. SIMONIAN, 2001.

Segundo informações colhidas entre os moradores da FLONA do Amapá, todos já tiveram malária mais de uma vez. Mesmo assim não há posto de saúde, agentes ou qualquer atendimento preventivo na área. Três equipes da Fundação Nacional de Saúde-FUNASA por ali passaram nos últimos anos, para fazer borrifação e coleta de sangue, mas sem uma perspectiva que garantisse uma intervenção eficaz (L. T. L. Simonian, n. c.). Aliás, moradores locais e do entorno fazem uma crítica acirrada a esse tipo de ação intermitente, quando afirmam que “o que as equipes fazem é turismo, pescaria”.

Portanto, o reaparecimento da doença está relacionado às dificuldades quanto ao início ou continuidade do tratamento, em decorrência da distância dos postos de atendimento à saúde que ficam localizados em Porto Grande (R. F. Andrade, 2001, n. c.). Pela aparência do Sr. Francisco Neto da Costa, 30 anos, como visto na Figura 17, acima, ele certamente estava doente com malária à época da realização do *survey* nessa FLONA. Na oportunidade, ao ser questionado sobre o total de malárias que já tivera, ele disse: “são tantas que já nem confiro mais” (F. N. da Costa, 2001, informação verbal). Sem recursos, ainda estava esperando finalizar uma produção mínima de farinha de mandioca, para então se deslocar à cidade em busca de tratamento (R. Andrade, 2001, n. c.). Segundo Barroso (2001), do ponto de vista clínico-epidemiológico, a malária se mantém endêmica porque a maioria dos casos ou são tratados tardiamente ou simplesmente não são tratados.

Dentre os desdobramentos de uma tal situação, tem-se uma maior oferta de gametócitos pela maior exposição do homem doente em decorrência do retardo de diagnóstico e de tratamento, possibilitando a ocorrência de numerosos ciclos da doença que se completam ao mesmo tempo, viabilizando a doença e mantendo-a endêmica. Mas no âmbito da saúde, não apenas a malária tem implicações importantes no contexto do cotidiano da população residente na FLONA do Amapá. De fato, a questão do alcoolismo é uma realidade ali muito presente, sendo o mesmo comum também em outras UCs (Simonian, 2003a). Precisamente, o alcoolismo é entre os moradores dessa UC e de suas proximidades. A Figura 26, que mostra uma “ordem de serviço” sobre a proibição de uso de bebida alcoólica no interior dessa área.



FIGURA 26: FOTO DE "ORDEM DE SERVIÇO" CONTRA O USO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS, AFIXADO NA PAREDE DO ESCRITÓRIO DA SEDE DA FLONA DO AMAPÁ.; FONTE: L. T. L. SIMONIAN, 2001.

Esse quadro quanto à malária e o alcoolismo, que se configura até o momento, demonstra a ineficiência das Políticas Públicas voltadas para a saúde na região em foco, tornando-se necessário implantar estratégias mais eficientes voltadas para vigilância e controle da endemia nessa FLONA, devendo-se levar em consideração que as causas determinantes da malária não estão centradas nos vetores e nos plasmódios e sim nos problemas sociais e econômicos, procurando-se direcionar essas políticas para os interesses e problemas desta população. Neste ponto, importa lembrar Simonian (2000), quando revela que o Estado propõe e implementa políticas sobre as áreas de reserva, mas raramente atende a critérios científicos, ou mesmo interesses das populações locais.

7. Gestão sócio-ambiental na FLONA do Amapá

Uma discussão sobre gestão sócio-ambiental se remete a questões como políticas públicas, movimentos sociais e sustentabilidade. Por certo que um manejo sustentável ou positivo (Acher, 1994; Simonian, 2003c), garante um impacto menor quando do uso dos recursos naturais, mesmo assim o ambiente passa por transformações no sentido de alguma degradação. De todo modo, a eficácia econômica e os processos de redistribuição social dos recursos podem garantir minimamente a equidade social. Nessa direção e de acordo com Mies (1993), uma economia da frugalidade e do aproveitamento máximo dos recursos têm implicações positivas quanto à proteção à biodiversidade. Mas no que diz respeito a FLONA do Amapá, a pensar nas condições de vida das populações que ali vivem e também em seu entorno, tais possibilidades têm sido praticamente inexistentes.

De fato, nessa UC as políticas públicas não têm sido acionadas, nem mesmo aquelas ligadas ao Programa Piloto para o Manejo das Florestas Tropicais-PPG7 (1991), que tem recursos disponibilizados. Conseqüentemente, as proposições e implementações das políticas públicas têm deixado a desejar. Aliás, Nepstad (1997), Trainer (1998) e Simonian (2000), dentre tantos outros autores, vêm revelando o quão distantes as tais realidades se encontram os processos econômico-sociais e culturais. Neste ponto, vale lembrar o resultado de duas pesquisas recentes, que segundo

Melo (2003, p. 9), “vêm confirmar, com números, a progressiva debilitação da economia brasileira e, por tabela, a deterioração das condições de vida da nossa população, afetando mais duramente a imensa legião de pobres, assalariados ou não”. Portanto, não apenas a destruição dos recursos naturais constitui-se em tendência persistente e que vem sendo incessantemente disseminada, como a ineficácia dos processos econômicos e a desigualdade social, tendem a se ampliar.

Conseqüentemente, a gestão sócio-ambiental da FLONA do Amapá vem sendo predominantemente antiambiental e anti-social. Conforme já anotado, apenas recentemente se está discutindo o PM para esta UC. Até então, as políticas e estratégias de gestão têm sido mínimas, para não dizer nulas, quanto às possibilidades de se dar um tratamento voltado para a sustentabilidade dos recursos naturais locais e para as condições de vida da população da FLONA e dos que vivem em suas proximidades. Para uma compreensão nessa direção, Foucault (1991) é essencial, pois alerta para os conflitos de interesses de grupos diversos.

Mas, contraditoriamente, os recursos naturais vêm sendo conservados e, por sua vez, a própria biodiversidade. As dificuldades de acesso por certo vêm se colocando como um elemento central nessa direção. Consta que, anos atrás, inclusive uma empresa madeireira alemã se interessou em dar início ao processo de exploração florestal nessa UC, mas por razões que o então Chefe da FLONA (J. L. Barreto de Souza, 2001, informação verbal) não soube com precisão, acabou desistindo; de todo modo, o mesmo suspeita de que a problemática do acesso possa tê-la influenciado. As invasões para a caça e pesca ilegal, bem como a presença do garimpo Capivara não é percebida como agressões de monta, embora de fato desconheça-se o montante dessas primeiras ações por falta de fiscalização, e análises das águas dos rios Capivara e Araguari não tenham sido feitas até o momento.

Assim, é provável que uma fiscalização sistemática em todos os limites e área da FLONA do Amapá revele questões mais graves que as referidas pelos responsáveis e moradores das proximidades ou de dentro dessa UC. Exemplos, nesse sentido, tem-se quanto à possível contaminação da água, a partir da exploração do garimpo Capivara ou, ainda, quanto a invasores-caçadores-extrativistas vegetais. Segundo Barreto de Souza (J. L. Barreto de Souza, 2001, informação verbal), esses invasores vêm entrando na FLONA pelo município de Serra do Navio, situação que não tem sido fiscalizada nem reprimida/punida com base na legislação vigente. Uma das razões, ainda segundo Barreto Souza, diz respeito inclusive à falta de combustível para a realização de tais atividades. Inclusive, não se tem conhecimento de que essa FLONA vem sendo trabalhada no sentido da conscientização ou até da incorporação de tais caçadores como agentes conservacionistas.

Especificamente, no que diz respeito aos recursos aquáticos, os rios Araguari e Falsino são piscosos, embora, em tempos mais recentes, com problemas de reprodução das espécies. Talvez a sua redução nessa área e em seu entorno se deva à natureza do solo, das águas escuras dos rios, impedindo a proliferação de plantas que alimentam os peixes e os répteis. De fato, os rios/igarapés dessa bacia são referidos como “rio de fome”, a exemplo de outros encontrados no estado do Amazonas, como os rios Mariepaua e Aripuanã (Simonian, 2003b). E a diversidade das espécies existentes acompanha as estações do ano, sendo os rios mais piscosos no período da seca. A ausência prolongada de espécies tem inclusive estado presente, como no caso do tucunaré, que há uns dez anos praticamente não

aparecia na área, mas já pode ser pescado (L. T. L. Simonian, 2001, n. c.; J. L. Barreto de Souza, 2001, informação verbal). Sempre mencionado pela equipe do IBAMA na área e pelos moradores, o peixe curupeté é bastante peculiar porque, praticamente, “anda” sobre a cachoeira Grande, no rio Falsino.

Porém, no decorrer do *survey* feito nessa FLONA e entorno sul, não foi possível observar a riqueza da fauna conforme descrito no documento Nome (s. d., p. 2-3). Embora não tenha sido possível documentar os espécimes, o que se observou foram mergulhões (*Mergus octosetaceus* Vieil.), maguaris (*Ardea cocoi* L.), xexéus ou japiins (*Cacicus haemorrhous* L.), um tracajá (*Podocnemis unifilis* Trosch.) pequeno (L. T. L. Simonian, 2001, n. c.). Mesmo assim, a cobertura vegetal dessa FLONA continua bem preservada e este fato remete à idéia de “Floresta Vazia”, expressão utilizada por Redford (1997), onde o autor justifica que a presença da vegetação não corresponde, necessariamente, à riqueza da fauna, devido à extinção proporcionada pela presença humana ou outras causas. Esse autor ainda argumenta que, em longo prazo, a conservação da vegetação de uma floresta só será viável com a preservação também de sua fauna.

Uma análise mais precisa acerca da agricultura e do plantio de espécies de quintal, requer uma investigação mais detalhada. De todo modo, foi possível identificar que fundamentalmente a produção agrícola local é de mandioca, embora outros produtos sejam também cultivados, mas neste caso para o consumo familiar. Essa modalidade produtiva segue os parâmetros das terras baixas da América do Sul, que implicam em *slash-and-burn*, em itinerância para pousio (Carneiro, 1973; Descola, 1988), podendo ser deveras destrutiva. Mas quanto ao cultivo dos quintais, de acordo com Balée (1993), em certa medida se observa uma tentativa de reprodução dos padrões florestais, apresentando, portanto, grande diversidade.

No que respeito ao garimpo Capivara, tem-se uma situação de litígio com o IBAMA-AP, pois está estabelecido em área da FLONA. De acordo com o depoimento de J. L. Barreto de Souza (2001, informação verbal), o Sr. Benedito Medeiros de Almeida, mais conhecido como Biló, residente em Macapá e dono da empresa Agromine Ltda., considera-se dono da área e pretende ser indenizado pelo governo, para que possa parar suas atividades no local. Entretanto, em entrevista telefônica, esse mesmo senhor negou que estivesse litigando com o IBAMA-AP, pois tem “...trabalhado em acordo com a chefia da FLONA” (Sr. Biló, 2001, informação verbal). Mas independente dessa polaridade de posicionamentos, observou-se, já na entrada do rio Capivara, a água turva, em virtude das atividades extrativas do garimpo, que fica nas proximidades de sua nascente. Como esse rio estava bastante seco, não foi possível chegar até o núcleo do garimpo e a corrutela nele localizados. Assim, não se podem avaliar as condições do garimpo propriamente dito e do povoado, onde uma senhora, identificada localmente como “Quadrada”, mantém um bordel, mas cuja situação deve ser crítica.

Neste ponto, é interessante observar, que um aspecto importante não vem sendo discutido no que diz respeito a FLONA do Amapá, que é o de seu potencial turístico, em especial de ecoturismo. Como se sabe, o contexto político mais amplo requereria uma tal discussão, principalmente em face da existência do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Amapá – PDSA no âmbito estadual e das

diretrizes nacionais³² e, inclusive, do IBAMA, quanto ao turismo em UCs (Amapá, 2000; Brasil. Ministério, 1997). Embora um inventário preciso acerca da riqueza paisagística ainda esteja por ser feito, pelas informações levantadas e pelo que se pôde observar, essa área é cativante.

Entre essa riqueza natural, cachoeiras, corredeiras, espécies florais e uma fauna variada se encontram dentre os possíveis atrativos, quer para o turista comum, quer para aquele que privilegia o ecoturismo³³ ou, ainda, para aqueles que se orientam pelo *approach* científico. Mas como lembra Mathieson e Wall (1982, p. 93 e sgts.), o turismo, independentemente da modalidade, de algum modo afeta o ambiente: “The effects of environmental factors can be observed in all points of the tourism process” (Mathieson, Wall, 1982, p. 95),³⁴ que no caso das UCs, implica na conservação e/ou preservação dos recursos naturais e da paisagística. Assim, apesar dessa ameaça implícita na atividade turística, no caso da FLONA, talvez, mais do que a exploração dos recursos naturais, uma política e ações voltadas para o turismo local possa vir a ser o *motto* a orientar o desenvolvimento sustentável nessa UC e em seu entorno.

Enfim, é mister que a FLONA do Amapá seja pensada politicamente. Isso não significa dizer que devam ser feitas propostas tecnocratas, de gabinete, alienadas da realidade sócio-ambiental que se quer intervir. Pelo contrário, as organizações governamentais e não-governamentais poderiam elaborar e implementar propostas quanto à conservação dos recursos naturais nessa UC e, também, de melhoria das condições de vida e de trabalho para as famílias residentes na área reservada, bem como na faixa de proteção. Como afirmou o Sr. Pedro Ramos (2001, informação verbal),³⁵ o problema das áreas de reservas ou UCs é puramente político, pois o que se vê são pessoas pobres no meio de muita riqueza.

Conseqüentemente, e considerando a visível preservação ambiental, principalmente da flora, há que se buscar alternativas para a viabilização da sustentabilidade humana (Human, 2000) nessa FLONA. Afinal, as pessoas fazem parte do ambiente e a proposta dessas áreas não é apenas a preservação de plantas, animais e minerais, mas fundamentalmente da melhoria da qualidade de vida das populações, especialmente as que nelas habitam. Mas a se pensar nas gerações futuras, a sustentabilidade ambiental, em especial dos recursos humanos, é igualmente fundamental.

8. Notas Conclusivas

Com base nas atividades realizadas durante o *survey* e nas análises posteriores, pode-se perceber que a FLONA do Amapá possui um alto grau de preservação ambiental, tanto da fauna quanto da flora. Talvez, a dificuldade de acesso a essa área seja um indicador importante para tal. E, não há conflitos fundiários, nem tampouco grandes degradações ambientais típicas de outras regiões

³² Dentre esses, tem-se o Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT da Empresa Brasileira de Turismo-EMBRATUR e o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal- PROECOTUR do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal-MMA.

³³ Uma das modalidades de turismo, com forte vinculação à natureza, à conservação e à paisagística.

³⁴ “Os efeitos dos fatores ambientais podem ser observados em todos os pontos do processo do turismo” [Tradução: LTLS].

³⁵ O Sr. Pedro Ramos possui origem extrativista, é membro da diretoria do Conselho Nacional dos Seringueiros no Amapá e um dos principais articuladores da criação da RESEX Rio Cajari.

da Amazônia, como derrubada de árvores madeiráveis em larga escala ou queimadas de grandes proporções. As incursões de caçadores e/ou de ladrões de toras de madeira em pontos de seus limites, revelam a importância de uma fiscalização rigorosa e da disseminação de um processo educativo, principalmente entre os moradores do entorno dessa área. Apesar da prática do garimpo no rio Capivara – que é um problema a ser resolvido –, observou-se a boa qualidade da água dos rios, furos e igarapés que constituem as bacias dos rios Falsino e Araguari, mas necessita-se investigar a respeito.

Em que pese os vários problemas detectados e arrolados em outros momentos da presente discussão e logo acima, uma face do objetivo da FLONA, pode-se dizer, está sendo efetivada, qual seja, a preservação ambiental. Como já posto, essa modalidade de UC, são áreas em que se podem utilizar os recursos naturais de forma sustentável, gerando condições favoráveis de vida para as pessoas que nela habitam. Aqui reside a grande questão a ser analisada. As famílias moradoras nesta UC e em seu entorno possuem extrema dificuldade para realização deste segundo objetivo. O que está em cheque é a sustentabilidade humana, o que demanda investimentos públicos. Sem exceção, tais famílias estão vivendo em condições de miserabilidade e entregues à própria sorte, pois até o presente não se implementou nenhuma política pública ou privada, voltada para atender as demandas econômico-sociais desses habitantes. Mesmo os que trabalham no garimpo têm estado longe de um processo de enriquecimento, ou como dizem, de “bamburrar”.

Nessa FLONA, não há política de manejo florestal ou do subsolo; não existe efetivação de projetos no setor do ecoturismo, apesar do potencial da área; não foram efetivadas ações de governo na esfera social, como construção de escola, posto médico, nutrição e habitação adequada; também inexistem políticas voltadas à produção e reprodução familiar; enfim, tanto o Estado como ONGs voltadas para as questões sócio-ambientais não se encontram presentes na área estudada. Um investimento eventual foi feito, em 1999, pela empresa CHAMFLORA, mas sem maior impacto no contexto sócio-ambiental local. Nesta direção, o que se tem na FLONA são pessoas sobrevivendo a partir do embate direto com a natureza, utilizando os recursos oferecidos pelo ambiente natural e de forma bastante precária, sem qualquer ajuda de instituições governamentais e organizações não-governamentais.

Contudo, isso não invalida o ideário do desenvolvimento sustentável no âmbito dessas áreas. Tais UCs podem se tornar viáveis na Amazônia, enquanto modelo alternativo de desenvolvimento humano e socioeconômico local. Mas, elas também podem se tornar simples áreas de reserva de riquezas naturais, passíveis de serem acessadas no futuro pelo grande capital, subjugando as populações e mantendo as mesmas relações de exploração e pobreza vivenciadas desde épocas pretéritas. Dito de forma mais direta, essas áreas podem se transformar em espaços protegidos pelo Estado, que reserva minerais, vegetais e biodiversidades para a exploração e apropriação privadas por parte de grandes empresas, nacionais e/ou estrangeiras. Essa estratégia, se eleita, é feita em detrimento de benefícios que esses recursos possam proporcionar às populações moradoras desses locais, cuja realidade demanda investimentos, capacitação e muita criatividade.

Foi exatamente neste sentido, que o presente artigo pretendeu contribuir teoricamente com esse processo de construção das UCs em geral e, em particular, no estado do Amapá com a FLONA do Amapá. Essas áreas resolvem algumas questões importantes, como o problema fundiário, mas cabe agora buscar soluções para a melhoria da qualidade de vida das populações que nelas vivem; em outros termos, as retóricas em torno da sustentabilidade precisam ser postas em práticas. Mas importa desalienar os discursos e partir para práticas de modificação efetiva das condições de vidas das pessoas residentes nesses locais.

Numa outra perspectiva, a proposta das UC pode ser facilmente desconstruída pelos que buscam o enriquecimento como fim e justificam todos os meios para conseguí-lo. Mas essa proposta não deveria ser privilegiada, a não ser que se negue a inseparabilidade da preservação ambiental em relação a sustentabilidade humana ou sócio-econômica e cultural. Assim, a definição de critérios para controle de ações em UCs, a exemplo das FLONAS, impõe-se como essencial, com o que se pode evitar toda sorte de abusos, quer das populações tradicionais locais, de empresas e mesmo do próprio Estado.

Referências

- A agonia das florestas: as conseqüências da destruição florestal*. Relatório para a Comissão Independente sobre Assuntos Humanitários Internacionais. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1992. (Tradução: Elza Bottelsson).
- ALCINO, R. *Clevelândia do Norte*. Rio de Janeiro: Ed. Biblioteca do Exército, 1971. 136 p.
- ALTHUSSER, L. *Lenin and Philosophy and other essays*. New York: Monthly Review Press, 1971.
- Amapá: um norte para o Brasil*. (org. por Nilson Moulin). São Paulo: Cortez, 2000. 126 p. (Anexo; ilustrado).
- ASCHER, W. Communities and sustainable forestry. In: _____. *Community and sustainable forestry in developing countries*. San Francisco: CS Press, 1995. p. 1-26.
- BAHRI, S. Do extrativismo aos sistemas agro-florestais. In: EMPERAIRE, L. (org.). *A floresta em jogo: o extrativismo na Amazônia central*. São Paulo: Editora da UNESP, 2000. p. 167-176.
- BAILEY, R.C. Promoting biodiversity and empowering local people in central african forests. In: SPONSEL, L. E.; HEADLAND, T. N.; BAILEY, R. C. (orgs.). *Tropical deforestation: the human dimension*. New York: Columbia University Press, 1996. p.316-341.
- BALÉE, W. Indigenous transformation of amazonian forests. *L'Homme*, n.33, p.231-254, 1993.
- BARRETO, P.; ARIMA, E. *Florestas Nacionais na Amazônia: consulta a empresários madeireiros e atores afins à política florestal*. Brasília: MMA, 2000. 64 p.
- BARRONCAS, J. No Amapá garimpo invade terras dos Waiãpi. *Poramtim*. (Setembro) 1981. p. 9.
- BARROSO, W. J. Porque a malária é endêmica no Brasil? *Medicina Conselho Federal*, ano XVI, nº 128 maio/junho/2001. p. 14-15.
- _____. *Malária: a crise global*. <<http://www.malaria.org/>> 2001.
- BIODIVERSIDADE na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefício*. CAPOBIANCO, J. P. R. [et al.] (orgs.). São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Sócio-ambiental, 2001.
- BOUDON, R. *A desigualdade de oportunidades*. Brasília: UnB, 1981.
- BOUDON, R.; BOURICAUD, F. *Dicionário crítico de Sociologia*. São Paulo, Editora Ática, 1993. (tradução: Maria L. G. Alcoforado; Durval Ártico).
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves S. A, 1992.
- BRASIL. Decreto nº. 1298. *Aprova o regulamento das florestas nacionais e dá outras providências*. 1994. <<http://www.lei.adv.br/1298-94.htm>>. Capturado em 31/03/2001.
- _____. Decreto-Lei nº. 97.630, de 10 de abril de 1989. Dispõe sobre a criação da FLONA do Amapá. *Diário Oficial da União*. (12/04) 1989.

_____. Floresta Nacional do Amapá. *Livro de registro de visitas*. Arquivo da Sede da FLONA do Amapá, 2001-199?.

_____. IBAMA. *Mapa Localização das Florestas Nacionais*. Brasília: IBAMA / Diretoria de Florestas / Coordenação Geral de Florestas nacionais e Reservas Equivalentes, 2001a. 1 p.

_____. IBAMA. *IBAMA implanta projeto piloto para extração manejada de recursos naturais na FLONA Tapajós*. Disponível em: <http://www2.ibama.gov.br/noticias/mat36.htm>, [Setembro] 2001b.

_____. IBAMA. *Floresta Nacionais*. [Brasília]: Coordenação de Florestas Nacionais, s. d. 1 p.

_____. IBAMA-AP. Processo n. 02004.000639/98-21 (estabelece Convênio entre o IBAMA-AP e a empresa CHAMFLORA). In: Ofício n. 013 / 99; DITEC / REPRES. / IBAMA-AP. Macapá, (17/05) 1999. (Cópia no Arquivo Sede da FLONA do Amapá).

_____. Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965. Código florestal. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 15 de set. de 1965 Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 13.06.2003. (Modificado por Medida Provisória de 1997).

_____. Lei 7.805, de 20 de julho de 1989 e retificado em 04 de janeiro de 1990. Altera o Decreto-lei 227 de 20 de fevereiro de 1967, cria o regime de permissão da lavra garimpeira, extingue o regime de matrícula e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 20 de jul. de 1989. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Capturado em 13.06.2003.

_____. Ministério da Agricultura-MA. *Aptidão agrícola das terras do Amapá*. Brasília: Secretaria Nacional de Planejamento Agrícola, 198? (ref. incompleta).

_____. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. *Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal-Carta-Consulta*. Brasília: MMA, 1997. 27 p. Mimeo.

_____. *Programa Piloto para as Florestas Tropicais-PPG7*. Brasília: MMA/G7. 1991.

_____. *Sistema Nacional de Unidades de Conservação*. Brasília: MMA/G7, 2000.

BROWN Jr., K. S. *Ecologia geográfica e evolução nas florestas neotropicais*. Campinas: UNICAMP, 1979. 265 p. (Tese de Livre Docência em Ecologia).

BUARQUE, M. *O Amapá*. Belem: Papelaria “Suisso”, 1925. 100 p.

CAPOBIANCO, J. P. R. [et al.] (orgs.). *Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefício*. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Sócioambiental, 2001.

CARBONO: desmatamento é vilão no Brasil. *O Liberal*, (02/11) 2002. p. 4. Atualidades.

CARDOSO, R. C. I. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: ARANTES, A. A.; RBEN, G. R.; DEBRET, G. G. (orgs.). *Desenvolvimento e direitos humanos: a responsabilidade do antropólogo*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992. p. 95-105.

CARNEIRO, R. L. Slash-and-burn cultivation among the Kuikuru and its implications for cultural development in the Amazon basin. In: GROSS, D. R. (org.). *Peoples and cultures of Nativa South America*. Garden City: The Natural History Press, 1973. p. 98-123.

CASTRO, A. H. F. de. O fecho do império: história das fortificações do Cabo do Norte ao Amapá de hoje. In: GOMES, F. dos S. (org.). *Nas terras do Cabo do Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira; séculos XVIII-XIX*. Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999. p. 135-204.

DESCOLA, P. El mundo de la selva. In: *La selva culta: simbolismo y praxis en la ecología de los Achuar*. Quito: Abya-Yala, 1988.

DOUROJEANNI, M. *Áreas protegidas, problemas antiguos y nuevos, nuevos rumbos*. 32 p. (Mimeo).

EDWARDS, E. Beyond the boundary: a consideration of the expressive in photography and anthropology. In: BANKS, M.; MORPHY, H. (eds.). *Rethinking visual anthropology*. New Haven: Yale University Press, 1997. p. 53-80.

ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FLORESTA Nacional do Amapá. (Informe com dados básicos). s. l., s. d. 3 p. (Arquivo da FLONA do Amapá).

FLORESTA Nacional Tapajós. Capturado em: <http://www2ibama.gov.br/recflor/tapajos.htm>, em agosto, 2001.

FLORESTA Nacional Tapajós. Disponível em: <http://www.neoambiental.com.br>, em agosto, 2001.

FOUCAULT, M. Governmentality. In: BURCHELL, G.; GORDON, C.; MILLER, P. (orgs.). *The Foucault effect: studies in governmentality*. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf, 1991. p. 87-104.

GARCIA, R. *FLONAS na região norte têm produção quase zero*. Disponível em: <http://www.folhadomeioambiente.com.br/fma-108/floras108.htm>. [abril 2001].

HAFFER, J. *Avian speciation in tropical South America*. Cambridge: Museum of Comparative Zoology/Harvard University, 1974. 390 p.

HEEMSKERK, M. Self-employment and poverty alleviation: women's work in artisanal gold mines. In: *Conference on Women, Gender and Development on the Pan-Amazon*. Belém: NAEA-UFPA, 2002. (org. por L. Simonian; apoio FFORD, UFPA, GRID e FADESP).

Human development report. New York: Oxford University Press, 2000. 290 p.

IMAZON – Instituto do Homem e do Meio Ambiente. *Análise do impacto econômico do projeto de lei de conversão da Medida Provisória 1956-44*. Belém, 2000.

KÖPPEN, W. Das Geographische System der Climate. In: KÖPPEN, W. ; GEIGER, R. (eds.). *Handbook der Klimatologie*. Berlin: Borntrager, 1936.

LANGHE, O. *Theory of reproduction and accumulation*. New York: Pergmon, 1969.

MALINOWSKI, R. *A diary in the strict sense of the term*. New York: Harcourt, Brace and World, 1967.

Manejo florestal comunitário na Amazônia: Relatório da 1ª. Oficina de Manejo Florestal Comunitário, com 12 iniciativas na Amazônia brasileira. [coordenação: Robert Buschbacher]. Brasília: WWF-Brasil, v. 2, 1998.

MARAJÓ, Barão de/ABREU, J. G. da G. *As regiões amazônicas: estudos chorographicos dos estados do Gram Pará e Amazonas*. Belém: SECULT, [1895] 1992. 404 p.

MARX, K. *O capital*. 12ª edição, Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S. A. [1890] 1988. (tradução: Reginaldo Sant'Anna).

MATHIESON, A.; WALL, G. Physical impacts. In: _____; _____. *Tourism: economic, physical and social impacts*. London: Longman Group Limited, 1982. p. 93-132.

MATTOS, S. M. *Artefatos de gênero na arte do barro; Jequetinhonha*. Vitória: EDUFES, 2001. 304 p. Il.

MCNEELY, J. A.; MILLER, K. R. (orgs.). *National parks, conservation and development: the role of protected areas in sustaining society*. Washington D.C.: Smithsonian Institution Press, 1984. 825 p. Il.

MELO, O. Pobreza aflige os brasileiros. In: *O Liberal*. (13/04) 2003, p. 9. (Painel).

MENDES, C. Bacia do Xingu é a nova rota da devastação. *O Liberal*, (25/08) 2002a. Cidade.

_____. Fraudes e omissão oficial estimulam derrubada de árvores. *O Liberal*, (16/06) 2002b. p. 3. Atualidades.

MIES, M. The need for a new vision: the subsistence perspective. In: MIES, M.; SHIVA, V. *Ecofeminism*. London: Zed Books, 1993. p. 297-324.

MONSELS, L. Women rights in conflict with culture: the rights of Marrons in Suriname, in the context of the UN CEDAW. In: *Conference on Women, Gender and Development on the Pan-Amazon*. Belém: NAEA-UFPA, 2002. (org. por L. Simonian; apoio FFORD, UFPA, GRID e FADESP).

NASH, J. (org.). *Crafts in the world market: the impact of global exchange on Middle América artisans*. Albany: SUNI Press, 1993. 264 p. Il.

NEPSTAD, D. C. Empobrecimento biológico da floresta amazônica por seringueiros, madeireiros e fazendeiros. In: XIMENES, T. (org.). *Perspectivas do desenvolvimento sustentável: uma contribuição para a Amazônia 21*. Belém: NAEA/UFPA, 1997. p.311-334.

Nome da unidade: Floresta Nacional do Amapá. s. l.: s. d. 3 p. Datil. (Informe resumido sobre a área, os recursos, os trabalhos realizados e os entraves). (Arquivo da FLONA do Amapá).

NUGENT, S. Combu and forest management. In: _____. *Amazonian caboclo society: an essay on invisibility and peasant economy*. Providence: Berg, 1993. p. 246-251.

OLIVEIRA, M. S. S. de. *Políticas públicas e ações de desenvolvimento para populações tradicionais da Reserva Extrativista Chico Mendes, AC*. Belém: PLADES-NAEA, 2001. 135 p. Il. (Dissertação de Mestrado).

OLIVEIRA, R. C. de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. *Revista de Antropologia*. v. 39, n. 1, p. 13-37. 1996.

Organização Mundial da Saúde-OMS. *Malaria: a global crisis*. 1999. (Ref. incompleta).

OUR common future. Oxford: Oxford University Press, 1987. (Brundtland Report).

PESQUISADORES concluem que 17% da floresta amazônica já foi desmatada. *O Liberal*, (17/08) 2002. p. 3. Atualidades.

PICANÇO, E. V. *Informações sobre a história do Amapá – 1500-1900*. Macapá: Imprensa Oficial, 1981. 157 p. Ilustrado.

PRANCE, G. T. Phytogeographic support for the theory of Pleistocene forest refuges in the Amazonian Basin; based on evidence distribution patterns in Caryocaraceae, Chrysobalanaceae, Dichapetalaceae and Hecythydaceae. *Acta Amazonica*, v. 6, n. 1, p. 5-28. 1973.

PROCURADOR acusa madeireira de Portel de grilagem e falsificações. *O Liberal*, (03/01) 2002. p. 7. Atualidades.

PROGRAMA Amazônia. Políticas públicas coerentes para a região amazônica: a harmonização das políticas públicas com os objetivos do Programa Piloto para as Florestas Tropicais Brasileiras. São Paulo: Friends of the Earth, 1994.

QUARESMA, H. D. de A. B. *O desencanto da princesa: pescadores tradicionais e turismo na Área de Proteção Ambiental de Algodual/Maiandeuá*. Belém: PLADES-NAEA, 2000. 231 p. II. (Dissertação de Mestrado).

RABELLO, A. C. B.; FONSECA, D. R. da; RIVERO, S. L. M. *Florestas Nacionais: discursos e grupos de interesse – uma avaliação sócio-econômica-político-ambiental*. Porto-Velho: UNIR, 2001. 19 p. Mimeo.

RAIOL, O. *A utopia da terra na fronteira da Amazônia*. Macapá: Editora Gráfica O Dia Ltda., 1992. 240 p.

REDFORD, K. H. A floresta vazia. In: VALLADARES-PADUA, C.; BODMER, R. E. (orgs.). *Manejo e conservação de vida silvestre no Brasil*. S. l.: MCT-CNPq, 1997. p. 1-22.

REIS, A. C. F. *Limites e demarcações na Amazônia brasileira: a fronteira colonial com a Guiana Francesa*. v. 1. Belém: SECULT-PA, 1993. 250 p. (Lendo o Pará, 15).

RODRIGUES, R. M. *Mulheres do ouro: o trabalho feminino nos garimpos do Tapajós*. Belém: CEICOM, 1994. 131 p. II.

ROUBO de mogno dá multa de R\$ 7 milhões. *O Liberal*, (10/07) 2002. p. 10. Atualidades.

SANTOS, F. R. dos. *História do Amapá*. Macapá: Imprensa Oficial, 1994. 85 p.

SANTOS, L. F. *Educação e sustentabilidade na Reserva Extrativista Marinha de Soure, PA*. Belém: PLADES-NAEA, 2001. (Dissertação de Mestrado).

SCHNEIDER *et al.*, R. R. *Amazônia sustentável: limitações e oportunidades para o desenvolvimento rural*. Brasília: Banco Mundial/IMAZON, 2000.

SILVA, A. C. da. *Políticas públicas e manejo sustentável na FLONA Tapajós: a exploração de óleo de copaíba e de andiroba*. Belém: DEAN/UFPA, 2003a. (TCC em Ciências Sociais / Campus da UFPA de Santarém, Habilitação em Antropologia; orientadora: Dr^a. Ligia T. L. Simonian).

SILVA, J. B. *Sustentabilidade institucional e participação comunitária da Reserva Extrativista Rio Cajari*. Belém: PLADES-NAEA, 2003c. 129 p. II. (Dissertação de Mestrado; anexos).

SILVA, Z. N. M. de *et al.* *Malária no estado do Amapá: desenvolvimento como fator de risco*. Macapá: UNIFAP, 1998. (Monografia/Curso de Especialização em Saúde Pública).

SIMONIAN, L. T. L. Mulheres indígenas e não-indígenas em luta contra o alcoolismo: experiências amazônicas. In: _____. (org.). *Mulheres de áreas de reservas e de áreas preservadas da Amazônia brasileira*. Belém, 2003a/no prelo.

_____. Mulheres do rio Aripuanã, AM: entre a memória e experiências recentes. Manaus: SECULT-AM, 2003b/no prelo.

_____. Insustentabilidade do extrativismo da madeira na Amazônia: bases teórico-históricas, situação atual e perspectivas. In: CASTRO, E. (org.). *Amazônia XXI: agenda e estratégias de sustentabilidade*. Belém: NAEA-UFPA, 2003c/no prelo.

_____. *Mulheres da floresta amazônica: entre o trabalho e a cultura*. Belém: NAEA/UFPA, 2001.

_____. *Família en la frontera amazônica: idealizaciones, contradicciones y tendencias actuales*. Belém: NAEA, 2001. (Paper nº 158; ISSN 1516-9111).

_____. Políticas públicas, desenvolvimento sustentável e recursos naturais em áreas de reservas. In: COELHO, M. C. N.; SIMONIAN, L. T. L.; FENZL, N. (orgs.). *Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão de recursos naturais*. Belém: CEJUP, 2000. p. 9-53.

_____. *Relações de gênero, atividades produtivas e insustentabilidade na FLONA Tapajós*. Belém, 1998. Paper inédito.

SMITH, N. *et al.* *Agro-forestry experiences in the Brazilian Amazon: constraints and opportunities*. Washington, D. C.: World Bank, 1998.

SOUZA, José Maria de, *et al.* Malária. In: LEÃO, R. N. Q. de (org.). *Doenças infecciosas e parasitárias: enfoque amazônico*. Belém: CEJUP: UEPA: Instituto Evandro Chagas, 1997. p. 645-669.

SOJEIROS acusados de grilagem de terras na Flona do Tapajós. In: *O Liberal*, (08/07) 2003. p. 7. (Atualidades).

SPIX, J. B. ; MARTIUS, C.S.P.V. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. 3ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia. São Paulo: USP, 1981.

SPONSEL, L. E.; HEADLAND, T. N.; BAILEY, R. C. (orgs.). Development as degradation. In: *Tropical deforestation: the human dimension*. New York: Columbia University Press, 1996. p. 145-247.

TRAINER, T. The alternative. Economics for a radical conserver society. In: _____. *Towards a sustainable economy: the need for fundamental change*. Oxford: Jon Carpenter, 1996. p. 135-167.

VERÍSSIMO, A.; BARRETO, P. *Informações e sugestões para a criação e gestão de Florestas Públicas na Amazônia*. Brasília: MMA, 1999.

VERÍSSIMO, A.; SMERALDI, R. *Acertando o alvo: consumo de madeira no mercado interno brasileiro e promoção da certificação florestal*. São Paulo: Amigos da Terra; IMAFLORA; AMAZON, 1999.

VERÍSSIMO, A.; SOUZA Jr., C.; AMARAL, P. H. *Identificação de áreas com potencial para criação de Florestas Nacionais na Amazônia Legal*. Brasília: MMA, 2000. 54 p. Ilustrado.

VERÍSSIMO, A.; SOUZA Jr., C.; SALOMÃO, R.; BARRETO, P. *Identificação de áreas com potencial para a criação de florestas públicas de produção na Amazônia Legal*. Brasília: MMA; FAO, 2000. 35 p. Ilustrado.

VÍDEO FLONA do Amapá. 199?. (Arquivo do IBAMA-AP).

VIOLA, E. J.; LEIS, H. R. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: HOGAN, D. J.; VIEIRA, P. F. (orgs.). *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*. 2ª. edição. São Paulo, Editora da UNICAMP, 1995. p. 45-67.

Waiãpi. In: *Povos indígenas no Brasil/Amapá – norte do Pará*. v. 3. São Paulo: CEDI, 1983. p. 99-137. Ilustrado.

WEBER, M. *Economía y sociedad*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1992. 2 v.

WOLFF, C. S. 1998. ...E não desapareceram...a sobrevivência na floresta (1913-1945). In: *Mulheres da floresta: uma história; Alto Juruá, Acre (1890-1945)*. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 93-152.